

VOL. 5, Nº 1, 2024



Conexões Internacionais

REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

CONSELHO EDITORIAL

Docentes

José Romero Pereira Júnior
Camilla Sara Gonçalves Cunha
Danilo Borges Dias
Jean Santos Lima

Discentes

Anna Karolline da Silva Bastos
Bruna Viana Nascimento de Oliveira Silva
Caroline Bavaresco Zancan
Davi Leite
Eva Caroline Gomes Ferreira Leão
Gabriela Tanigute Osorio
Giovanna Castro Gonçalves
Kira Popov Custódio Castro Souza
Luis Guilherme Rodrigues Pinheiro
Luiza Mota Miotto
Maria Eduarda Maia Zucato Bueno
Marcela Dias Groppo
Marcelo Júnior Alves de Almeida
Nicolas Lean Santos Figueiredo

EQUIPE TÉCNICA

Design

Felipe Sousa Modesto
Laura Vendruscolo
Thiago Monteiro Dias Rocha

Diagramação

Giovanna Castro Gonçalves
Marcela Dias Groppo

Editora(s) júnior

Giovanna Castro Gonçalves
Anna Karolline da Silva Bastos

Editor

Jean Santos Lima

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam necessariamente a posição da revista, da Universidade Católica de Brasília ou do RI-UCB.

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Com grande entusiasmo, apresentamos mais uma edição da *Revista Conexões Internacionais*, que em 2024 reafirma seu compromisso em oferecer à comunidade acadêmica um espaço de discussão e reflexão sobre os temas mais urgentes e inovadores das Relações Internacionais. Esta edição é composta por artigos e uma resenha que abordam questões contemporâneas de caráter global, regional e local, iluminando as conexões entre política, economia, cultura e direitos humanos.

A edição inicia-se com o artigo de Victor D'Antonio, que explora a *Geopolítica dos Recursos Energéticos: Dinâmica entre Rússia e Europa*. Utilizando uma abordagem construtivista, o autor examina as relações energéticas entre a Rússia e a União Europeia, com foco particular na Alemanha. Este trabalho destaca a importância dos fatores ideacionais e das normas na configuração das relações de poder e dependência no âmbito dos recursos energéticos, contribuindo para um entendimento mais holístico das interações internacionais.

Jordana de Freitas apresenta um estudo comparativo no artigo intitulado *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher: Desafios para Efetivação dos Direitos Humanos Relativos à Saúde das Mulheres em Ruanda e no Quênia*. Este trabalho lança luz sobre os desafios estruturais e culturais que afetam a implementação dos direitos das mulheres nesses dois países africanos, com ênfase em temas como planejamento familiar, mortalidade materna e mutilação genital feminina. Trata-se de uma contribuição para compreender os desafios globais e locais na promoção da igualdade de gênero e dos direitos humanos.

A relação entre arte, cultura e política é explorada por Kira Popov e Luís Guilherme Pinheiro no artigo *O Japão Imperialista: "Patterns of Race War" em uma Análise Cultural sobre a China e a Coreia de 1894 a 1945*. A partir de uma revisão bibliográfica, os autores investigam o papel das artes como meio de disseminação e reflexão sobre o racismo e a xenofobia no contexto das relações imperialistas japonesas durante a Guerra do Pacífico, ampliando o debate sobre as dinâmicas culturais e históricas no Leste Asiático.

Karine Monteiro, em *Economia Criativa como Instrumento Diplomático nas Relações Internacionais e Política Externa Brasileira*, aborda a relevância crescente das indústrias criativas na diplomacia contemporânea. O artigo discute como a criatividade e a cultura podem ser ferramentas para a promoção da imagem do Brasil no exterior, o fortalecimento de sua política externa e a geração de impacto econômico e social, especialmente na inclusão de gênero.

Encerrando a edição, temos a resenha de Fernando Trajano e Laura Cavalcante sobre o livro *O Novo Acordo Mercosul-União Europeia em Perspectiva*. A resenha oferece uma análise detalhada das negociações entre os dois blocos, destacando os desafios políticos e econômicos, além das implicações ambientais e geopolíticas deste acordo comercial. É uma contribuição para os estudiosos e profissionais interessados na integração regional e nas relações inter-regionais.

Esta edição reafirma o caráter interdisciplinar da Revista Conexões Internacionais, dedicada a promover debates essenciais à compreensão das dinâmicas globais e das agendas internacionais contemporâneas. Convidamos nossos leitores a dedicarem um momento aos textos apresentados, que certamente proporcionarão novas perspectivas e inspirações para reflexões futuras.

Boa leitura!

Dr. Jean Santos Lima
Editor Geral

SUMÁRIO

GEOPOLÍTICA

GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS ENERGÉTICOS: DINÂMICA ENTRE RÚSSIA E EUROPA

06

Victor Gabriel de Souza D'Antonio

DIREITOS HUMANOS

CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA MULHER: DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS RELATIVOS À SAÚDE DAS MULHERES EM RUANDA E NO QUÊNIA

27

Jordana Beatriz Menezes de Freitas

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O JAPÃO IMPERIALISTA: “PATTERNS OF RACE WAR” EM UMA ANÁLISE CULTURAL SOBRE A CHINA E A COREIA DE 1894 A 1945)

48

Kira Popov Custódio Castro Souza e
Luís Guilherme Rodrigues Pinheiro

DIPLOMACIA

ECONOMIA CRIATIVA COMO INSTRUMENTO DIPLOMÁTICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

75

Karine Cordeiro Monteiro

RESENHA

THEMETEO, Reinaldo J. (coord). O novo acordo Mercosul-União Europeia em perspectiva. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

97

Fernando Rodrigo Trajano da Silva e
Laura de Barros Cavalcante

GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS ENERGÉTICOS: DINÂMICA ENTRE RÚSSIA E EUROPA

Victor Gabriel de Souza D'Antonio¹

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de explorar a complexa dinâmica que envolve a geopolítica dos recursos energéticos. A partir da análise sobre situação envolvendo a Rússia com o continente europeu, tendo as relações da Rússia com a União Europeia em geral, e com a Alemanha em particular, pretende contribuir para o debate, ao utilizar da perspectiva construtivista, demonstrando a relevância de fatores ideacionais como complemento ao fatores materiais, entendendo a limitação da utilização do poder compulsório de um ator “A” frente a um ator “B” em análises frente ao instrumento que é disposto nas relações nas quais recursos energéticos na arena internacional.

Palavras-chave: Rússia; União Europeia; Alemanha; Energia; Construtivismo; Geopolítica.

ABSTRACT

The present work aims to explore the complex dynamics that involve the geopolitics of energy resources. Through an analysis of the situation involving Russia and the European continent, particularly focusing on Russia's relations with the European Union in general and with Germany in particular, it seeks to contribute to the debate by employing a constructivist perspective. This approach demonstrates the relevance of ideational factors as a complement to material factors, understanding the limitations of utilizing the coercive power of actor 'A' against actor 'B' in analyses concerning the instruments employed in the relations involving energy resources in the international arena.

Keywords: Russia; European Union; Germany; Energy; Constructivism; Geopolitics.

INTRODUÇÃO

O presente texto é uma adaptação da monografia de graduação intitulada “Geopolítica dos recursos energéticos: dinâmica entre Rússia e Europa”, realizada por Victor Gabriel de Souza D’Antonio em 2023, sob a orientação de Jean Santos Lima².

Embora as análises tradicionais se concentrem nas dinâmicas de poder entre os Estados, a fim de abordar aspectos da geopolítica dos recursos energéticos, o presente texto propõe ir além, adotando uma perspectiva construtivista que reconhece a importância dos fatores ideacionais, como ideias, normas e percepções.

Mantendo, portanto, o objetivo de explorar a complexa dinâmica que envolve a geopolítica dos recursos energéticos, evita a perpetuação de análises baseadas no mero entendimento da utilização do poder compulsório de um ator “A” frente a um ator “B”, destacando o complexo intrincamento entre os diversos atores envolvidos no universo dos recursos energéticos, com foco na Rússia e suas relações com a União Europeia (UE), particularmente com a Alemanha.

RECURSOS ENERGÉTICOS: TRANSFORMAÇÕES E DISPUTAS

Em meados do século XXI, a geopolítica dos recursos energéticos permeia todos os aspectos da vida, desde o impacto nas contas domésticas em residências no leste europeu até decisões da indústria petrolífera saudita. Com a crescente interconectividade global, a geopolítica dos recursos energéticos tornou-se uma força fulcral nas Relações Internacionais, influenciando agendas políticas, econômicas e ambientais.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ENERGIA E TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE MODERNA

O conceito de energia varia sendo definido como a capacidade de realizar trabalho e geração de trabalho e calor (Boustead; Hancock, 1979; Aubrech, 2004). Per Högselius (2019) argumenta que fontes de energia só atingem esse status por meio de atividades sociais, políticas e econômicas. Na história, o uso de energia evoluiu, passando do trabalho corporal na era primitiva para necessidades modernas, como ,

aquecimento e transporte.

O petróleo, embora conhecido há milênios, tornou-se estratégico com as descobertas nos Estados Unidos da América (EUA) no século XIX, como os poços da Pensilvânia e Spindletop. O gás natural, por sua vez, expandiu-se para diversos usos após o desenvolvimento de gasodutos no século XX. A primeira lei da termodinâmica afirma que a energia não é criada nem destruída, apenas transformada. Assim, as fontes de energia foram “transformadas” socialmente ao longo do tempo.

A exploração de gás e petróleo de xisto nos EUA exemplifica como fatores sociais e tecnológicos podem transformar o setor energético. Com a adoção de novas tecnologias, como o fraturamento hidráulico (ou water fracking), os EUA emergiram como um dos maiores exportadores de gás natural, revertendo sua escassez para a superabundância.

A percepção sobre os recursos energéticos é diversa: enquanto alguns rechaçam a utilização de combustíveis fósseis, outros os veem como promotores de prosperidade socioeconômica. Deste modo, o construtivismo possibilita a compreensão mais extensiva das dinâmicas que moldam a geopolítica dos recursos energéticos ao elucidarem o papel das ideias na evolução constante das conjunturas dos atores partícipes do universos dos recursos energéticos na arena internacional.

DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NA ATUAL GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS ENERGÉTICOS

O avanço das ciências climáticas e a mobilização social têm pressionado os tomadores de decisão por políticas climáticas mais vigorosas. O Acordo de Paris exige reduções drásticas nas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) até 2030 e a neutralidade de carbono até 2050. A descarbonização tornou-se central nas agendas políticas, e o declínio do petróleo e gás transformará a geopolítica de maneira semelhante ao seu surgimento no século XX.

De acordo com a Agência Internacional de Energia, mesmo com a meta de emissões líquidas zero até 2050, o gás natural e o petróleo ainda terão papéis importantes a curto e médio prazo. A transição energética aumentará a influência de

alguns exportadores, já que muitos produtores tradicionais, como Noruega e Reino Unido, estão limitando suas produções em resposta à pressão pública e de investidores.

O gás natural, menos poluente que o carvão e o petróleo, continuará sendo essencial na transição energética, complementando as fontes renováveis. As transformações no uso de recursos energéticos impactarão profundamente o sistema internacional, gerando novas formas de poder e influenciando a globalização e o desenvolvimento econômico.

A RÚSSIA E A GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS ENERGÉTICOS

Apesar de não possuir mais um status incontestável, a Rússia continua a ser considerada uma superpotência energética, conforme destacado por Yergin (2021), que a classifica entre os principais produtores de petróleo e gás natural do mundo. As receitas das exportações de petróleo e gás são essenciais para a estabilidade econômica e o poder estatal, contribuindo significativamente com orçamento governamental, além de possuírem grande relevância no que tange aos ganhos com exportações.

Para o ano de 2024, o governo russo projeta um aumento significativo nas receitas de petróleo e gás em relação ao último ano, ainda que essa meta tenha sido revisada e ajustada para baixo. O aumento nos gastos com defesa e segurança, devido ao conflito com a Ucrânia, tem levado a déficits anuais consecutivos, destacando a importância crucial das receitas advindas do setor energético para a economia russa, além de evidenciarem o seu papel fundamental na economia global.

Invariavelmente, é necessário reconhecer que a forma tradicional de análise sobre o poderio energético russo deriva das crises do petróleo de 1973 e 1973-1974, período em que muitos acadêmicos começaram a considerar seriamente o impacto dos recursos energéticos na arena internacional. Essa tradição foi moldada por conceitos clássicos da geopolítica, especialmente a tradição realista das Relações Internacionais, que enfatiza uma visão estadocêntrica e de competição de soma-zero. A abundância russa em petróleo, gás, carvão e suas exportações para a União Europeia e os países da antiga União Soviética tornaram possível à Rússia utilizar esses recursos como meio de poder e influência, principalmente como forma de projetar poder além dos meios militares.

Contudo, a situação é mais complexa do que uma análise binária pode sugerir. Bal-

maceda (2020) aponta que compreender a dinâmica do poder energético russo de forma simplista não explica como, mesmo em conflito aberto com a Rússia, a Ucrânia tentou evitar a construção do *Nord Stream 2*, enquanto buscava fortalecer seus laços econômicos com Moscou. A Ucrânia dependia do gás russo como principal fonte de energia, fundamental para sua economia, e as tarifas sobre o trânsito do gás russo pela Ucrânia eram uma fonte relevante de receita para o governo ucraniano (Yergin, 2021).

Além disso, empresas europeias participaram intensamente na construção de infraestrutura energética russa, mesmo durante períodos de tensão mais aguda. Para os europeus ocidentais, particularmente alemães, a integração com a Rússia fazia parte de uma interdependência mais ampla que incluía mercados, comércio e investimentos, algo inevitável devido à questões geográficas. Embora contassem com os russos para o fornecimento de gás natural, os europeus ofereciam acesso aos mercados e receitas para a Rússia (Yergin, 2021)

No que diz respeito aos países da antiga União Soviética, que hoje são membros da União Europeia, as relações energéticas com a Rússia envolvem dependência, oportunidades e ameaças. A interdependência energética e a diversificação da infraestrutura energética são fatores que influenciam diretamente as relações sociais e políticas desses países. A construção do terminal Klaipėda GNL na Lituânia, por exemplo, permitiu que este país reduzisse sua dependência do petróleo russo, gerando uma nova dinâmica nas suas relações com a Rússia. Já na Alemanha, a *energiewende*, ou “virada energética”, busca transitar para uma matriz mais limpa, o que aumentou a demanda por gás natural e impulsionou o desenvolvimento dos dutos *Nord Stream* e *Nord Stream 2*.

Fatores energéticos também desempenharam um papel central em turbulências políticas internas em países da antiga União Soviética. Moscou viu as “revoluções coloridas” na Geórgia e Ucrânia como ameaças existenciais, acusando o Ocidente de apoiar tais movimentos para minar sua influência. A desintegração da União Soviética também afetou a indústria energética russa, com países como Azerbaijão e Cazaquistão assumindo o controle de seus próprios recursos energéticos. Durante a década de 1990, sob o governo de Boris Yeltsin, oligarcas emergiram com grande poder sobre a economia russa, especialmente no setor energético.

Com a ascensão de Vladimir Putin à presidência russa, em 2000, o controle estatal sobre o setor energético se intensificou. Putin viu nos recursos energéticos uma

ferramenta de poder e influência internacional. Sob seu governo, oligarcas foram enfraquecidos, e o controle do Estado sobre o setor energético aumentou, exemplificado pela nacionalização da Yukos e sua fusão com a *Rosneft*, levando à expansão do capitalismo estatal. Empresas como Gazprom e Rosneft tornaram-se pilares do poder econômico e político russo.

A corrupção, que se tornou uma característica do sistema político e econômico russo, foi integrada ao funcionamento do Estado. No entanto, a Rússia manteve uma política econômica pragmática, reservando receitas do petróleo e gás para fundos de estabilização e assistência social. Essas medidas ajudaram a Rússia a consolidar sua posição como potência energética global.

Isto posto, a geopolítica dos recursos energéticos e o papel desempenhado pela Rússia demonstram a necessidade de uma análise multidimensional, que aborde de maneira plural tanto os atores, como normas e as múltiplas percepções que instituem esse cenário. A estrutura interna dos Estados e as identidades dos tomadores de decisão são essenciais para a compreensão mais clara das dinâmicas da geopolítica energética, assim como a interação entre esses Estados e a sociedade internacional (Finnemore, 1998; Katzenstein, 1996; Hopf, 1999).

CONTEXTUALIZAÇÃO DA GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS ENERGÉTICOS

A geopolítica dos recursos energéticos envolve a interação entre política, economia e segurança. A demanda global por energia leva a uma competição intensa por recursos escassos. A diversidade de atores e a distribuição desigual de papéis nas cadeias de valor tornam necessário adotar uma visão holística, indo além do poder compulsório direto (Duvall; Barnett, 2005). Os sistemas energéticos são influenciados por uma rede de interações sociais e técnicas, onde a racionalidade das decisões não pode se dada como certa, dado o caráter imprevisível das cadeias de valor e a multiplicidade de processos que integram a produção de energia (Balmaceda, 2020).

Isto porque no que tange aos recursos energéticos, às cadeias de valor não se limitam a produção e transporte, mas perpassa múltiplas etapas técnicas nas quais a sua ausência faria da energia inútil para os consumidores finais. Desta forma, as cadeias de valor englobam fornecedores, fabricantes, distribuidores e os meios de

transporte que movem produtos e serviços desde a origem dos componentes e matérias-primas até os consumidores finais. (Högselius, 2019; Balmaceda, 2020).

Com o intuito de facilitar o entendimento sobre a coordenação do fluxo que compõe a cadeia de valor dos recursos energéticos, a comparação desta com o movimento de um grande rio é vista como frutífera. Através desta analogia, a fase mais próxima à fonte original do suprimento é considerada “Montante” (*upstream*), enquanto aquelas mais próximas do consumidor final são chamadas de “Jusante” (*downstream*). Ademais, existe uma etapa interposta onde se engloba as atividades intermediárias na cadeia de valor.

MONTANTE (*UPSTREAM*)

Esta etapa corresponde a prospecção e produção de combustíveis fósseis como petróleo, gás e carvão, que são recursos finitos. A busca por novas reservas e a inovação tecnológica, como a perfuração horizontal e o fraturamento hidráulico (*water fracking*), são essenciais para manter o suprimento energético global. Regiões com abundância de conflito de interesses, como o Ártico e o Mar do Sul da China, são alvo de disputas devido ao seu potencial energético. Descobertas históricas, como o campo de gás de Groningen e o petróleo na Sibéria ocidental, ilustram a importância estratégica dessa etapa (Högselius, 2019). A exploração contínua de novas fontes, assim como a expansão dos investimentos em infraestrutura impactam de forma significativa todo o contexto energético global.

INTERPOSIÇÃO (*MIDSTREAM*)

A fase intermediária desempenha papel crucial nas cadeias de valor dos setores energéticos. Robustez e eficiência são duas palavras que qualquer gestor gostaria de associar a essa etapa, pois uma grande diversidade de instalações de armazenamento e notáveis meios de distribuição são alicerces fundamentais para a garantia de segurança tanto para o fornecedor quanto para o consumidor. Esta etapa envolve uma infraestrutura de transporte que facilita a distribuição de energia, utilizando rodovias, ferrovias, hidrovias, oleodutos e gasodutos.

Assim como o transporte, as atividades de conversão e refino detêm papéis chave dentro das cadeias de valor, ao passo que são fundamentais para a reconstituição de fontes de energia como produto final: eletricidade, aquecimento, combustíveis de transporte, por exemplo

O processo de refino é especialmente importante para transformar matérias-primas, como o petróleo, em produtos utilizáveis, como eletricidade e combustíveis. O refino nuclear também tem papel crucial, especialmente no processo de conversão e enriquecimento de urânio, o que está intimamente ligado às questões de segurança e poder nas relações internacionais.

Da mesma forma, ao utilizar uma abordagem ampla, que contemple também os "bens secundários" gerados a partir dos processos de conversão e refino, como renda, empregos e prestação de diversos serviços associados aos sistemas de energia, possibilita interpretações alternativas para a compreensão do uso da energia como "poder bruto" (Balmaceda, 2020). A energia pode possuir múltiplos fins. A realidade doméstica, como a influência de interesses privados, corrupção e o papel adotado por agências reguladoras, possuem impacto significativo sobre a restrição ou ampliação das possibilidades na condução da política externa de um Estado frente à geopolítica dos recursos energético

O armazenamento de energia é outro desafio relevante, sendo vital para mitigar as flutuações entre produção e demanda. O armazenamento de energia refere-se ao processo de captura da energia gerada num determinado momento para utilização posterior, com o objetivo de mitigar as disparidades entre a procura e a produção de energia. Este processo implica a transformação da energia de formas difíceis de armazenar em formatos mais práticos e econômicos (Irena, 2022). Armazenar energia de forma eficaz garante maior segurança energética e pode reduzir os custos de eletricidade, especialmente em países em desenvolvimento. Ademais, com a transição para fontes renováveis, como a solar e a eólica, torna-se essencial desenvolver tecnologias de armazenamento que possam lidar com a intermitência dessas fontes.

JUSANTE (*DOWNSTREAM*)

No jusante, ocorre a distribuição e comercialização de produtos energéticos refi-

nados, como gás e petróleo. Uma das principais funções dessa etapa é de construir e manter instalações de armazenamento e distribuição. Estas instalações funcionam como reservas estratégicas, garantindo a segurança energética em períodos de interrupções no fornecimento, desastres naturais ou conflitos geopolíticos. O gerenciamento eficiente dessa etapa funciona como uma força estabilizadora para mercados energéticos, mitigando o impacto de acontecimentos imprevistos no fornecimento de energia. De fato, a falta de manutenção é uma causa comum de interrupções no fornecimento de energia nos sistemas energéticos internacionais (Högselius, 2019).

GEOGRAFIA POLÍTICA X GEOGRAFIA FÍSICA

A interação entre geografia física e política desempenha um papel central na formulação de políticas de segurança energética. A geografia física exerce um impacto profundo na geopolítica energética através de várias maneiras. A distribuição de recursos energéticos é realizada de forma desigual entre os diversos países, fazendo com que países com abundância de recursos exerçam maior influência internacional. Neste mesmo sentido, as condições climáticas determinam a possibilidade e a eficiência da produção de energia renovável, tornando os países com climas favoráveis à energia solar, eólica e hidroelétrica potenciais atores chave na transição para fontes de energia sustentável.

Ao mesmo tempo, a geografia política, como fronteiras e territórios disputados, afeta o controle e o acesso a esses recursos, sendo frequentemente foco de tensões geopolíticas. Além disso, os quadros regulamentares estabelecidos pelos governos têm um impacto significativo nas políticas energéticas, influenciando questões como a propriedade dos recursos, os preços e o acesso ao mercado, impactando o comércio internacional de energia.

Além dos aspectos físicos e territoriais, fatores intangíveis como identidades, normas e crenças também influenciam a segurança energética. A perspectiva construtivista destaca que o comportamento dos atores no sistema internacional é moldado pelas suas identidades, normas e crenças. Assim, no que toca a importância

de fatores intangíveis, como a confiabilidade de fornecedores de energia, demonstra a necessidade da não limitação sobre as avaliações objetivas e materiais, como a disponibilidade de recursos ou infraestruturas, uma vez que existe uma profunda influência de narrativas históricas, culturais e políticas (Jackson; Sørensen, 2019). Consequentemente, a confiabilidade percebida de um fornecedor de energia torna-se frequentemente um tema de debate durante o processo de tomada de decisão relativo à segurança energética. A legitimidade é um conceito construído pela sociedade, influenciado por relatos históricos, normas e culturais que determinam motivações políticas.

No contexto das relações entre a União Europeia e a Rússia, as decisões sobre rotas de fornecimento de energia e estratégias de diversificação vão além de considerações econômicas, mas, também, influenciados pela validação ou desafio de perspectivas relativas à desconfiança do fornecimento estável e constante de energia. Elas são fortemente influenciadas pela desconfiança quanto à estabilidade do fornecimento, interrupções frequentes, falta de transparência de empresas estatais russas e disputas territoriais.

De fato, questões materiais não podem ser excluídas do debate, mas estas devem ser analisadas conjuntamente com as interações entre estruturas e atores, já que cada elemento material tem um significado intersubjetivo incumbido (Wendt, 1992). Assim como estruturas sociais, sistemas de energia não são permanentes e variam de acordo com o tempo e espaço. Esses sistemas, assim como a formação dos Estados, são construtos históricos e sociais. Eles são moldados pelas escolhas e ações de Estados, empresas privadas, organizações ambientais e internacionais, que têm o poder de influenciar e redirecionar essas estruturas (Jackson; Sørensen, 2019; Högselius, 2019).

ATORES QUE CONTROLAM OS SISTEMAS DE ENERGIA

A geopolítica dos recursos é produto do complexo incremento de diversos atores, cada um com suas respectivas particularidades, resultando no desenvolvimento de eventos pertinentes à situação energética no sistema internacional. Ao passo que Presidentes e Primeiros-Ministros equilibram a grande gama de interesses sobre a utilização de recursos energéticos, conciliando interesses, ora conflitantes, ora complementares, em relação à economia, meio ambiente e de política externa;

Ministérios da Economia e agências correlatas focam majoritariamente no constante fluxo e distribuição de energia como alicerces fundamentais para o avanço dos principais indicadores econômicos.

Duas das visões mais conflitantes dentro das estruturas organizacionais dos Estados pode ser observada entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministérios da Economia, dado a utilização da energia como estrutura constituinte do exercício de poder compulsório; derivando principalmente da situação constituinte da criação do entendimento de um ator com não confiável, fazendo com que em função de discussões sobre a imposição de tarifas alfandegárias sobre importações, exportações, ou mesmo embargos, sobre países considerados “não confiáveis”, mesmo que esse recorde de realidade não seja fielmente fundado na racionalização de fatos concretos

Já os interesses ambientais, como poluição urbana, emissões de carbono e perda de biodiversidade, têm ganhado destaque, algo que antes era negligenciado em comparação com as preocupações econômicas e de segurança. Hoje, há um consenso crescente entre a política externa e a economia sobre a importância de transitar dos combustíveis fósseis para energias renováveis, refletindo as mudanças na geopolítica energética. Estas interações de prioridades determinam a necessidade de uma dupla abordagem sistêmica e doméstica, para que se tenha uma compreensão mais sólida dos comportamentos dos Estados no sistema internacional (Katzenstein, 1996).

As Organizações Internacionais (OIs) também desempenham um papel crucial na geopolítica dos recursos energéticos. As OIs possuem uma autonomia que lhes permite exercer poder de forma independente. Por outro lado, elas contribuem para a construção de um mundo social onde a cooperação e a escolha desempenham papéis fundamentais. As OIs detêm um poder significativo, impulsionado tanto pela sua estrutura burocrática quanto pela busca de objetivos sociais que são atrativos para outros atores importantes (Barnett; Finnemore, 2005).

QUESTÃO RUSSA EM FOCO

O panorama energético global está em constante transformação, impulsionado pela interação entre interesses geopolíticos e avanços tecnológicos. A conexão entre geopolítica e energia tornou-se mais clara à medida que os países buscam garantir

recursos, influenciar mercados e enfrentar as mudanças climáticas. Mudanças nas estruturas da geopolítica dos recursos energéticos perpassam a história e evoluem com o tempo. Isto posto, transições energéticas anteriores foram impulsionadas, principalmente, por fatores tecnológicos, econômicos e ambientais, além de praticidade e conveniência. No atual contexto, por sua vez, incorpora mais elementos, como influência política, ativismo e intervenção governamental (Yergin, 2021).

A despeito de que estudos sobre o nexo das ações humanas e os efeitos das mudanças climáticas não são novidade, a pressão da opinião pública tem levado governos a adotarem medidas mais assertivas nas últimas duas décadas. Aumentos na frequência de eventos climáticos extremos, como incêndios e ondas de calor, têm forçado mudanças no discurso sobre energia. Após o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de 2014 e a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015 (COP 21) em Paris, a transição energética passou a ser central nos debates internacionais. Esse processo foi agravado de forma severa pela pandemia do Covid-19, que impactou o setor energético, causando interrupções e redirecionamento de recursos.

A preocupação com o futuro dos combustíveis fósseis também impactou o mercado financeiro e os investimentos energéticos, uma vez que se previa a realocação de recursos da indústria petrolífera, com o possível pico de demanda no horizonte. No entanto, a demanda por petróleo e gás natural possivelmente reduzirá repentinamente, uma vez que o crescimento das economias emergentes nos continentes africano e asiático manterá a demanda relativamente estável nos próximos anos. Ainda assim, a demanda por combustíveis fósseis eventualmente diminuirá de forma significativa no futuro. Contudo, a falta de comprometimento de países desenvolvidos em financiar a infraestrutura de energia verde nos países em desenvolvimento pode tardar a descarbonização em muitas regiões.

Apesar da crescente participação de fontes renováveis, como a energia eólica e a solar, a imprevisibilidade gerada pela intermitência e pelos, ainda, diversos problemas relacionados à distribuição e armazenamento, fará da utilização de tradicionais fontes de energia, como o gás natural, necessários para a constituição do mix energético em diversas localidades. O gás natural é visto como um complemento eficaz às energias renováveis, pois é mais flexível, emite menos carbono e suas emissões são menores; além de poder ser utilizado de forma ajustável para equilibrar as flutuações das energias eólica e solar (AIE, 2023).

A Rússia se mantém como um dos maiores produtores de petróleo e gás natural do mundo. O petróleo e gás representam metade das receitas de exportação do país, consolidando a Rússia como uma superpotência energética, apesar de sanções, limites de preços e o crescimento das energias renováveis. Após a invasão da Ucrânia, a UE acelerou seu distanciamento da economia russa, se desacoplando de forma paulatina do mercado energético russo e investindo em energias renováveis e nucleares.

Além disso, o comprometimento da União Europeia com a neutralidade de carbono ganhou força ao longo da última década, impulsionado por discussões em fóruns internacionais. Um exemplo dessa internalização de normas é a Taxonomia, um relatório que orienta regulamentações e programas governamentais para "investimentos verdes", com o objetivo de direcionar fundos para atividades sustentáveis e posicionar a UE como líder global na definição de normas para finanças sustentáveis (UE, 2021).

Apesar das tentativas de isolamento e do desacoplamento dos mercados de energia globais, a Rússia mantém uma posição extremamente relevante no atual contexto da geopolítica dos recursos energéticos. Sua influência se estende por diversas etapas das cadeias de valor. Além disso, sua capacidade de atender à demanda crescente por energia, especialmente em um cenário de transição energética, reforça seu papel como um ator chave nas dinâmicas globais. Assim, mesmo diante de desafios econômicos e sanções, a Rússia continua a moldar o futuro das políticas energéticas, desafiando a narrativa de seu isolamento e demonstrando a complexidade das interações no setor energético global.

IDENTIDADE NACIONAL E A CONSTRUÇÃO DO “OUTRO”

Desde o fim da Guerra Fria, as relações entre a Rússia e a União Europeia têm sido marcadas por uma dinâmica de cooperação e conflito (Averre 2009; Haukkala 2015; Nitoiu 2017; Webber 2000). A “construção do Outro”, tal como cunhada pelos construtivistas, desempenha um papel fundamental na moldagem da identidade nacional, definindo quem é incluído e quem é excluído. Convém destacar que essa conjectura não é exclusiva aos construtivistas; esse ponto é semelhante ao que Huntington propõe ao sintetizar essa ideia no início do *Choque das Civilizações*, citando o romance *Dead Lagoon*: “Não se pode ter amigos verdadeiros sem inimigos reais. E a menos que odiamos o que não somos, não podemos amar o que somos.” Isso sugere

que a definição e consolidação de uma identidade nacional muitas vezes ocorre em contraposição a outras identidades ou grupos, e que a reflexão sobre as diferenças é uma parte inexorável desse processo (Hopf, 2002; Wendt, 1999; Huntington, 1996).

Isto posto, de acordo com a lente teórica construtivista, ao analisar a “construção do Outro”, a proeminência e significância atribuída à Rússia impactam de forma importante o discurso político sobre este país. A questão energética está presente nessa conjuntura, ainda mais pela razão da Rússia ser um dos maiores fornecedores de energia para a UE.

Embora, ao longo das últimas décadas, as relações da Rússia com a UE tenham sido intermitentes, focaram principalmente em aspectos econômicos e energéticos, onde os ganhos mútuos eram mais evidentes. Enquanto a UE enfatiza solidariedade e valores éticos, defendendo um modelo de integração universalista, a Rússia propõe uma ordem mundial pluralista, com ênfase no direito internacional e na soberania como pilares da estabilidade frente aos desafios às normas internacionais.

A crise ucraniana de 2014 intensificou o distanciamento entre a Rússia e a UE, desafiando os interesses russos e expondo a ameaça da expansão de valores liberais na política local. As sanções da UE e as respostas russas resultaram em uma dinâmica mais conflituosa, especialmente após a agressão à Ucrânia em 2022, em um cenário internacional repleto de crises. Assim, fatores ideacionais e materiais contribuíram para o aumento das tensões no comércio de recursos energéticos (Lukyanov, 2010; Kanet, 2012; Krastev, 2008).

RÚSSIA - ALEMANHA

A dinâmica entre a Rússia e a Alemanha passou por transformações significativas desde o fim da Guerra Fria, com a geopolítica energética se tornando uma dimensão crue a reconciliação, abandonando o isolamento da parte oriental, e manteve grande influência nos círculos políticos após a reunificação. Essa abordagem manteve grande influência nos círculos políticos pós reunificação e contribuiu para a constituição da Identidade da política externa alemã (Stefan; Wilfried, 2023; Siddi, 2019). Com a dissolução da União Soviética nos anos 1990, a Alemanha buscou uma reaproximação com a Rússia, levando a uma maior colaboração econômica e à interdependência energética. Durante meados de 1990 e início dos anos 2000, as relações entre Alemanha e Rússia se mantiveram baseadas em Ostpolitik, resultando em uma

“parceria estratégica” que incentivou a comercialização e distribuição de energia. Com a ascensão de Angela Merkel (2005-2021), houve um princípio de distanciamento entre ambos países. Isso se deveu a nova abordagem alemã frente a políticas voltadas à promoção e proteção de direitos humanos e democracia. De forma concomitante a ascensão de Vladimir Putin ao pináculo das decisões políticas russas, mudanças sobre a percepção da Rússia não se limitaram à alta cúpula política alemã, mas se espalharam para outros setores da sociedade, com uma crescente divisão entre aqueles que viam a Rússia como uma ameaça autoritária e aqueles que priorizam a estabilidade econômica e política. Contudo, apesar dessas mudanças, a era Merkel continuou, em grande parte, a tradição de cooperação econômica pré estabelecida (Adomeit, 2012).

NORD STREAM E NORD STREAM 2

Durante tempos marcados por otimismo e uma maior colaboração econômica e um aprofundamento de uma interdependência energética, foi idealizado o projeto do gasoduto *Nord Stream*, culminando em uma declaração de intenções em setembro de 2005 entre Alemanha e Rússia. Ao passo que a Alemanha buscava um fluxo de gás natural constante e abundante, a Rússia buscava alternativas que contornasse países de trânsito, como a Ucrânia, já que as tarifas ucranianas eram motivo de discórdia. Além do *Nord Stream*, a Rússia já havia construído gasodutos, como o Yamal-Europa e *Blue Stream* para contornar a Ucrânia (Yergin, 2021).

Em 2015, quatro anos após o início da operação do *Nord Stream*, começou a ser planejado o Nord Stream 2, um novo gasoduto sob o Mar Báltico. O projeto enfrentou críticas, especialmente, de países do leste europeu como a Polônia e Eslováquia, preocupados com o impacto na Ucrânia e no desvio de fluxos de gás de suas regiões. A Comissão Europeia também manifestou preocupações, alegando que o projeto contraria a iniciativa “união da energia” e a diversificação de importações. A Alemanha rebateu tais críticas ao verbalizar que se tratava unicamente de um projeto comercial e de responsabilidade das empresas envolvidas. Além disso, também era usado como defesa o aumento do fluxo de gás a possibilidade de diminuir o consumo de carvão e petróleo e manter o gás como reserva para a produção de energias renováveis intermitentes enquanto a Europa prosseguia com a transição para uma economia de baixo carbono (Siddi, 2019; Yergin, 2021).

A construção do Nord Stream 2 ocorreu de forma concomitante à crise ucraniana, à anexação da Crimeia, à intervenção russa no conflito sírio e a acusações de interferência nas eleições americanas. Apesar dessas tensões, autoridades alemãs enfatizavam a importância de a UE e a Rússia colaborarem na resolução de conflitos regionais. Essa iniciativa, originada na Ostpolitik, foi crucial para manter os canais de comunicação entre a Rússia e o Ocidente, com laços econômicos e cooperação energética coexistindo com preocupações políticas e de segurança. Autoridades como Steinmeier, Sigmar Gabriel e Angela Merkel destacaram a confiabilidade do fornecimento energético russo, argumentando que a natureza econômica do projeto não deveria ser comprometida por questões políticas (Siddi, 2019; Nitoiu, 2017).

No final de 2021, Olaf Scholz assumiu como Chanceler da Alemanha, introduzindo uma nova abordagem em relação à Rússia em meio à invasão da Ucrânia (ocorrida alguns meses depois) e à resposta unificada da UE. A sociedade alemã permanece dividida em suas percepções sobre a Rússia. Enquanto figuras como o ex-chanceler Gerhard Schröder defendem o diálogo, Scholz e outros membros da alta cúpula política alemã criticam seus vínculos com o setor energético russo e buscam uma ação governamental coordenada com Washington e Bruxelas.

Há um crescente apelo por uma reavaliação crítica das relações com a Rússia, especialmente após a sabotagem dos gasodutos *Nord Stream 1* e *2*, questionando a noção de que a interdependência traria mudanças positivas. Assim, a política externa alemã está passando por uma evolução, refletindo a necessidade de uma nova abordagem em relação aos eventos no leste europeu, desafiando o legado da *Ostpolitik* e o dilema do *Nord Stream* diante das ações da Rússia na Ucrânia (Siddi, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações frente a recursos energéticos entre a Rússia e a Europa têm sido fulcrais na geopolítica dos recursos energéticos e os recentes eventos têm contribuído para o desenvolvimento de ainda mais complexidade para essa questão. Também é notório que a sabotagem do gasoduto Nord Stream, em 2022, marcou um ponto de inflexão, agravando a dinâmica conflituosa que marca as relações entre a Rússia e a Europa.

A relação energética entre Europa e Rússia foi impactada pelas sanções da UE em

resposta à agressão russa na Ucrânia. Apesar da pressão, as sanções foram planejadas para evitar a interrupção direta das exportações de gás russo. A Rússia tem mostrado resiliência, contornando os efeitos mais severos das sanções, beneficiada pelos preços favoráveis de petróleo e gás no mercado internacional. Neste sentido, ao passo que a UE e a Alemanha, em particular, têm buscado esforços para a diversificação de fornecedores de energia, a Rússia tem se expandido paulatinamente a suas fronteiras orientais em busca de novas oportunidades.

Situação esta que influenciará não somente questões primariamente econômicas, mas impactará de forma vital toda a percepção e realização do jogo de poder na escala mais ampla na arena internacional.

NOTAS

¹ Formado em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília, em 2023.
E-mail: victor.cna21@gmail.com.

² Para acessar o texto original desta análise, disponível na monografia intitulada "Geopolítica dos recursos energéticos: dinâmica entre Rússia e Europa", acesse o seguinte link: <https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/handle/123456789/14386>.

REFERÊNCIAS

KANET, R. Russia in the new international order: Theories, arguments and debates.

European International Politics V. 49 n. 1. 393–399. 2012. Disponível em:

<https://link.springer.com/article/10.1057/ip.2012.6#citeas>. Acesso em: 20 out. 2024.

KATZENSTEIN, Peter J. **Cultural Norms and National Security: Police and Military in Postwar Japan**. 1.ed. Cornell University Press, 1996.

KRASTEV, I. The EU, Russia and the crisis of the post-Cold War European order.

EUROZINE, 2008. Disponível em:

<https://www.eurozine.com/the-crisisof-thepost-cold-war-european-order>. Acesso em: 20 out. 2024

LUKYANOV, Fyodor A. Gorbachev's Abandoned 'European Home. **Russia in Global Affairs**, 2010. Disponível em:

<https://eng.globalaffairs.ru/articles/gorbachevs-abandoned-european-home>. Acesso em: 20 out. 2024.

NITOIU, Cristian. Still Entrenched in the Conflict/Cooperation Dichotomy? EU-Russia Relations and the Ukraine Crisis?. **European Politics and Society**, V. 18 n. 2. 148-165.2017.

DOI:<https://doi.org/10.1080/23745118.2016.1197875>. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23745118.2016.1197875>. Acesso em: 20 out. 2024.

SIDI, Marco. Theorising conflict and cooperation in EU-Russia energy relations: ideas, identities and material factors in the Nord Stream 2. **East European Politics**, V. 36. n. 4. 544-563.2020. DOI:<https://doi.org/10.1080/21599165.2019.1700955>. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21599165.2019.1700955>. Acesso em: 20 out. 2024.

TRENIN, Dmitri. **Russia**. 1.ed. Cambridge: Polity Press; Medford: Polity Press, 2019.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. *International Organization* , V. 46, n. 02, p. 391–425. 1992.

YERGIN, Daniel. **O Novo Mapa: Energia, Clima e o Conflito entre Nações**. 1.ed. Porto Alegre: Bookman, 2023.

YERGIN, Daniel. **O petróleo: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. 10.ed. São Paulo: Paz & Terra, 2012.

CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA MULHER: DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS RELATIVOS À SAÚDE DAS MULHERES EM RUANDA E NO QUÊNIA

Jordana Beatriz Menezes de Freitas¹

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar a versão reduzida do Trabalho de Conclusão de Curso “Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulher: Desafios para efetivação dos Direitos Humanos relativos à saúde das mulheres em Ruanda e no Quênia”, por conseguinte os desafios relacionados à implementação da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulher, frente à temática da saúde nos países Ruanda e Quênia, apresentando ilustrações de como os países se posicionam sobre a efetivação dos direitos das mulheres e igualdade de gênero, dentro das variáveis de saúde, em específico o planejamento familiar, a mortalidade materna e a mutilação genital feminina. Para isso, os principais autores utilizados ao longo da pesquisa foram Piovesan (2012); Garbin (2021); Guerra (2011); e a própria Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulher (1979), os quais foram analisados por meio de revisões bibliográficas em fontes primárias e secundárias com pesquisas descritivas, exploratórias e pesquisa comparada. Por fim, os resultados encontrados consistem na forma que os países se articulam para promover a efetivação do direito da saúde das mulheres. Ruanda obteve um maior desenvolvimento do que o Quênia nas políticas de saúde, tendo como base a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulher.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Gênero; Igualdade; Saúde; Mulheres; Ruanda; Quênia.

ABSTRACT

This article aims to present the condensed version of the undergraduate thesis “Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women: Challenges for the Realization of Women's Health Rights in Rwanda and Kenya.” Accordingly, it addresses the challenges related to implementing the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women with regard to health issues in Rwanda and Kenya, illustrating how these countries approach the realization of women's rights and gender equality within health variables, specifically family planning, maternal mortality, and female genital mutilation. The primary authors used throughout the research were Piovesan (2012), Garbin (2021), Guerra (2011), and the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women (1979), all of which were analyzed through bibliographic reviews of primary and secondary sources using descriptive, exploratory, and comparative research. Finally, the findings reveal how these countries structure themselves to promote the realization of women's health rights. Rwanda has demonstrated more development than Kenya in health policies, based on the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women.

Keywords: Human Rights; Gender; Equality; Health; Women; Rwanda; Kenya.

INTRODUÇÃO

Este artigo é uma redução do Trabalho de Conclusão de Curso, cujo tema é: Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulher: Desafios para efetivação dos Direitos Humanos relativos à saúde das mulheres em Ruanda e no Quênia. A pesquisa aborda a evolução histórica dos direitos humanos das mulheres, explora os desafios da igualdade de gênero, e realiza um estudo detalhado acerca dos países Ruanda e Quênia.

Os direitos humanos representam princípios fundamentais que garantem a dignidade e a proteção da vida humana em diversas esferas sociais. Um grande marco no desenvolvimento dos direitos das mulheres foi a instituição da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulher (1979), um instrumento internacional que visa a proteção dos direitos humanos das mulheres, com foco na igualdade entre os gêneros. O documento aponta a importância dos direitos e cuidados em relação à vida e à saúde da mulher, apesar disso, ainda existem grandes desafios em relação à desigualdade e efetivação desses direitos.

A discussão do tema se aprofunda dentro do contexto da região africana, onde estas questões impactam a saúde da mulher diariamente, principalmente em países mais pobres. Sob esta ótica destacou-se a pesquisa comparada dos países Ruanda e Quênia, visto que possuem realidades próximas e passíveis de comparação. Este tema torna-se importante para as Relações Internacionais, porque faz menção à realidade de muitos países, no que diz respeito ao cumprimento de compromissos internacionais, bem como da participação real dentro de regimes e organizações internacionais na proteção aos direitos humanos.

No tocante ao estudo de Ruanda e Quênia um fator que permanece em evidência é a dificuldade de implementação da proteção dos direitos humanos das mulheres. Embora sejam realizadas mobilizações governamentais dos países em relação ao fortalecimento de ações que promovem a assistência para proteção da saúde da população feminina, surgem os percalços dentro de vários âmbitos estruturais dos países. Demandas como essa levam ao questionamento: Como esses países têm interpretado internamente as proposições da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulher?

No tocante ao estudo de Ruanda e Quênia um fator que permanece em evidência é a dificuldade de implementação da proteção dos direitos humanos das mulheres. Embora sejam realizadas mobilizações governamentais dos países em relação ao fortalecimento de ações que promovem a assistência para proteção da saúde da população feminina, surgem os percalços dentro de vários âmbitos estruturais dos países. Demandas como essa levam ao questionamento: Como esses países têm interpretado internamente as proposições da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulher?

Frente a esse questionamento, se faz necessário analisar e traçar paralelos comparáveis entre duas realidades distintas, porém próximas, que ajudam na compreensão das Relações

Internacionais por meio da temática dos direitos humanos e gênero, produzindo reflexões acerca das desigualdades e necessidades de assistência para a saúde feminina nos países estudados.

DIREITOS HUMANOS RELATIVOS ÀS MULHERES NA AGENDA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos proporcionou uma inovação histórica, uma vez que levou em consideração os valores e princípios humanos não só para a sobrevivência, mas também para a qualidade de vida e acesso aos bens necessários, para cuidados básicos e preservação da vida e dignidade. Frente à temática, o direito à igualdade de gênero² ganhou espaço para discussão dentro da agenda internacional, considerando que ambos os gêneros são citados no preâmbulo da declaração.

Nesse sentido, a partir do estabelecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Carta da ONU, denotou-se novas prioridades nos debates internacionais. No cenário pós-Guerra Fria, a agenda internacional se diversificou e trouxe várias outras pautas, como: democratização; terrorismo; intervenção humanitária; questões de gênero; meio ambiente; economia; temas ligados à globalização, dentre outros. Por essa razão, a polarização dos temas na agenda internacional tem particular relevância quando se trata dos direitos relativos ao gênero feminino.

Os estudos das teorias das Relações Internacionais atuaram como embasamento teórico para a compreensão das mudanças dentro da agenda das Relações Internacionais. É possível citar um arcabouço clássico do neoliberalismo que abordou as grandes preocupações com os regimes internacionais e tomou por base as instituições internacionais.

Dando continuidade, surgiram novas teorias e contribuições para o campo das Relações Internacionais. Segundo Pecequillo (2016), uma das grandes vertentes de estudo apresentada no início dos anos 1990 foi a teoria feminista, esta teve estudos focados em diversas tipologias. Cabe citar a tipologia "liberal", visto que possui dentre suas características a desigualdade de gênero e visa ampliação da participação das mulheres em projetos políticos de emancipação e inclusão social.

Conforme propõe Tickner (1993) sobre os desafios de gênero, as mulheres possuem dificuldades de ocupar cargos de responsabilidades públicas, juntamente com a representatividade em órgãos de diretoria relacionados às comunidades locais, como tribunais, reitorias e prefeituras em muitos países. A crítica masculina ao gênero feminino é utilizada para inferiorizar e desqualificar a imagem da mulher nos cargos de maiores responsabilidades e de influências sociais.

No discurso político, isso se traduz em noções estereotipadas sobre quem habita o lado de fora. Como as mulheres, os estrangeiros são frequentemente retratados como "os outros": os não brancos e os países tropicais são muitas vezes retratados como irracionais, emocionais e instáveis, características que também são atribuídas às mulheres (Tickner, 2010, p. 11, tradução nossa). ³

Frente a isso, a necessidade de incentivo mediante aos desafios relacionados à efetivação dos direitos das mulheres e sua inclusão social, o papel das Organizações Internacionais⁴ dentro da pauta dos direitos relativos às mulheres visa promover a institucionalização dos mecanismos de proteção à igualdade de gênero. As organizações internacionais são utilizadas como instrumentos de personalidade jurídica que auxiliam na institucionalização de processos internacionais. Cita-se como exemplo a Organização das Nações Unidas (ONU), esta possui uma agência especializada em promover o empoderamento feminino e igualdade de gênero, cuja denominação é ONU Mulheres.

Por isso, entender como funciona o sistema de proteção internacional dos direitos humanos e a conexão com os regimes internacionais, também pode ser importante para entender o papel dos atores internacionais frente à pauta dos direitos humanos.

REGIMES INTERNACIONAIS E DIREITOS HUMANOS

O papel dos regimes internacionais na promoção e proteção dos direitos humanos é fundamental para integrar normas e padrões éticos ao sistema internacional. De acordo com Krasner (2012), os regimes internacionais constituem um conjunto de regras procedimentais que guiam o comportamento dos atores internacionais, estabelecendo acordos e moldando decisões em prol de interesses comuns. Essa institucionalização é flexível e se adapta às mudanças nas normas morais globais, o que reflete a evolução dos direitos humanos ao longo do tempo.

Organizações Internacionais (OI's) e Organizações Não Governamentais (ONGs) têm papel essencial no monitoramento dos compromissos estatais, exercendo pressão para que os direitos humanos sejam respeitados e promovidos. A contribuição de redes de ONGs, conforme Sikkink (1993), impacta significativamente na melhoria das práticas de direitos humanos mundialmente. Instrumentos jurídicos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), representam pilares fundamentais que, ao serem adotados pelos regimes internacionais, reforçam valores e diretrizes na proteção de grupos vulneráveis.

O monitoramento internacional desses compromissos, especialmente no que se refere aos direitos das mulheres, é um desafio. Apesar de muitas nações ratificarem convenções de direitos humanos, a prática efetiva nem sempre acompanha a teoria normativa. Essa complexidade destaca a necessidade de uma abordagem contínua e robusta para enfrentar as violações e assegurar que os compromissos internacionais resultem em ações concretas, especialmente no combate à discriminação e na promoção da saúde e igualdade de gênero.

Por fim, destaca-se que a conjuntura dos regimes internacionais de proteção dos direitos humanos incentiva o desenvolvimento do combate às violações aos direitos básicos dos indivíduos. Frente a isso, apesar da estrutura normativa, existem grandes desafios ligados à efetivação dos direitos das mulheres, visto que a ratificação em alguns países não significa um real cumprimento dos compromissos assumidos internacionalmente.

CEDAW E OS DESAFIOS NO CONTEXTO DA SAÚDE

No mundo todo mulheres enfrentam grandes desafios no que tange aos seus direitos básicos, principalmente no tocante à segurança e saúde. Atribui-se às mulheres a especificação de direito com certa razão por questões estruturais e sociais. Devido a isso, há o debate tanto sobre a vulnerabilidade do grupo feminino, como a necessidade de aparato jurisdicional e assistencial. Apesar disso, sabe-se que ao longo dos anos muitos dispositivos legais internacionais foram criados para preservar os direitos das mulheres.

Os desafios diários da mulher dentro da sociedade ao longo dos anos fizeram com que organizações internacionais, como a ONU, em específico a agência ONU mulheres, se tornassem mais empenhadas nas discussões, nas apresentações de relatórios internacionais, no suporte às denúncias e nas mobilizações sociais.

Nesse sentido, é importante falar brevemente sobre a criação da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulher (CEDAW, na sigla em inglês), essa convenção foi criada no ano de 1979, em Nova York, mas entrou em vigor no ano de 1981 e se tornou marcante por ser o primeiro tratado pelo direito das mulheres. A ONU possui uma comissão denominada de Comissão de Status da Mulher (CSW, na sigla em inglês) que era responsável pela pasta das mulheres em relação aos relatórios e recomendações, logo, o status da mulher era foco e isso influenciou na elaboração das questões dispostas nos artigos da CEDAW.

Por fim, o objetivo central da CEDAW é a igualdade de gênero e total contrariedade à discriminação da mulher (Pimentel, 2008). Segundo Piovesan (2012), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher visa o combate à desigualdade de gênero e proteção ampla dos direitos das mulheres. Como bem nos assegura Garcia (2009), a referida convenção promove o debate internacional sobre o atendimento ao gênero feminino e suas demandas básicas, como a igualdade, garantia de direitos civis e políticos, saúde e economia.

A CEDAW propõe as recomendações para efetivação da garantia dos direitos humanos na promoção efetiva de proteção aos direitos à igualdade de gênero perante à lei, e que pode, através dos relatórios gerados, representar os andamentos para o alcance do objetivo proposto:

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher [...] Visa a proteção de grupos, categorias de direitos e resguardo contra graves violações de direitos humanos, com alcance limitado aos Estados-parte dessas normas (Garbin, 2021, p. 72).

Como se pode verificar nesta citação, a CEDAW é aplicada à proteção internacional dos direitos humanos. Evidentemente, a aplicação pode ser utilizada para efetivação dos direitos humanos das mulheres e como instrumento de valor normativo, objetivando a garantia dos direitos de igualdade e as liberdades fundamentais ao gênero feminino.

Posto isso, grandes desafios são apresentados pela convenção aos direitos humanos das mulheres, sendo assim, ao olhar para realidade do continente africano, onde há enormes problemas em relação aos cuidados básicos para a população em geral. Segundo a OMS (2022), aproximadamente “468 milhões de mulheres entre 15 e 49 anos (30% de todas as mulheres) são anêmicas, deste número cerca de 48 a 57% estão na África”. Verifica-se que esses dados são de enorme pertinência e podem se transformar em grandes debates sobre as dificuldades de uma real efetivação em relação aos direitos das mulheres.

DESAFIOS PARA PROTEÇÃO DA SAÚDE DA MULHER

A CEDAW é uma convenção que os países podem ratificar para incorporar nas leis internas medidas contra a discriminação dos direitos das mulheres. Esse tratado requer acompanhamento por protocolos para garantir sua efetivação, abrangendo também a violência física, psicológica e problemas como o casamento precoce, que impactam a saúde das mulheres.

A África, com sua diversidade cultural e econômica, enfrenta obstáculos significativos para atender às demandas das mulheres, devido a fatores estruturais e estereótipos que reforçam o papel masculino nas famílias (Freeman; Bymes, 2011). No Quênia, por exemplo, o colonialismo influenciou o acesso limitado das mulheres à terra e à educação, perpetuando a dependência financeira e incentivando o casamento precoce como meio de sustento. Essas heranças históricas consolidaram estereótipos e desigualdades, dificultando o avanço das leis de igualdade de gênero e expondo as mulheres a discriminações persistentes (Matagaro, 2013).

As condições dos direitos humanos se deterioraram no Quênia porque um executivo cada vez mais poderoso mostrou uma tolerância cada vez menor à dissidência política e desenvolveu um estilo de governo pessoal e paternalista” (Schitz, 1999, tradução nossa).⁵

Mediante ao exposto, as negligências políticas em relação às problemáticas dos

direitos humanos no Quênia fizeram com que o país tivesse mais dificuldade em desenvolver políticas no que tange à saúde da mulher. Dando continuidade, um outro exemplo, Ruanda, também foi um país marcado pelo desafio dos conflitos sociais pós-colonialistas, questões étnicas geraram conflitos no país, sendo possível citar o genocídio⁶ que fragilizou a nação e atingiu milhares de mulheres, muitas foram agredidas, estupradas e violentadas de forma cruel.

Essas marcas se tornaram importantes no combate à violência e desigualdade no país, já que após o genocídio as mulheres ganharam espaço na reestruturação da nação. Embora o país tenha ratificado a CEDAW antes do genocídio, os impactos das recomendações só puderam ser mais desenvolvidas após o evento trágico no território ruandês.

Embora os relatórios periódicos inicial e secundário do Estado Parte fossem relativamente curtos, o Comitê descobriu desde o início que havia demonstrado uma vontade política considerável para cumprir suas obrigações sob a Convenção. Ratificou cedo (reconhecidamente sem examinar de perto todas as mudanças legislativas necessárias) e foi o primeiro estado da África Subsaariana a relatar. [...] Nos últimos anos, Ruanda tem sido citado como exemplo do sucesso das mulheres na vida pública (Freeman; Bynes, 2011, p. 30, tradução nossa)⁷.

Conforme explicado acima, a CEDAW apresenta um reflexo significativo em relação à busca pela igualdade, embora Ruanda não estivesse estruturalmente preparada para ratificar e assumir as responsabilidades de apresentar relatórios de acompanhamento das evoluções, isso proporcionou a busca pela evolução dos direitos das mulheres. Esse efeito se mostra fortemente ligado à convenção, pois as mudanças tiveram impactos positivos ao longo dos anos (Freeman; Byners, 2011).

Dessa forma, o auxílio destes exemplos é necessário para entender as dificuldades de implementação e desenvolvimento da CEDAW com relação à saúde das mulheres, visto que apesar das similaridades entre eles os países apresentam características e perspectivas diferentes em relação à atuação da mulher na sociedade e as preocupações do Estado no combate à discriminação. Tendo em vista que, embora ratifiquem a CEDAW, a problemática da discriminação contra mulher tem prevalência, com casuísticas entranhadas na sociedade e na negligência das preocupações em resoluções internas na questão da igualdade de gênero.

DADOS COMPARATIVOS DE RUANDA E QUÊNIA

Para que sejam alcançados entendimentos acerca do desenvolvimento e aplicação da CEDAW no que tange ao setor de saúde da mulher. Os países escolhidos para estudo são Ruanda e Quênia. Para justificar a comparação dos países, bem como entender as similaridades e disparidades entre eles, o quadro abaixo auxilia no entendimento para as questões específicas desenvolvidas no capítulo. O quadro propõe dados gerais sobre a população, relações internacionais, política, economia e ratificação da CEDAW, estes pontos influenciam na temática do capítulo.

Quadro 1- Similaridades e disparidades entre Ruanda e Quênia

	Ruanda	Quênia
Relações Internacionais	Membro da ONU desde o ano de 1962	Membro da ONU desde o ano de 1963
IDH	0,543 (2020)	0,601 (2020)
População total	13,28 milhões de habitantes (2021)	56,99 milhões de habitantes (2021)
População feminina	6,75 milhões de mulheres (2021)	27,66 milhões de mulheres (2021)
Taxa de Pobreza	38,2% (2015)	36,1 % (2015)
Governo	República de governo que reconhece um sistema multipartidário de governo	Estado Unitário, é uma democracia parlamentar
Participação das mulheres na política	Cerca de 64% dos assentos nos parlamentos nacionais são ocupados por mulheres (2020)	Cerca de 22% dos assentos nos parlamentos nacionais são ocupados por mulheres (2020)
Ano de ratificação da CEDAW	Ano de 1980	Ano de 1984

Fontes: Banco Mundial (2020,2021,2015); O'Neill (2021); Nações Unidas (2022); Embaixada da República do Quênia (2022); República de Ruanda (2022); Ruanda (2014); Comitê para a Eliminação 29 de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (2017); KENYA (2022); The Global Economy.com (2020) - Elaborado por autora (adaptação)

Mediante o quadro exposto acima, é possível perceber algumas diferenças entre os países, uma delas é a quantidade populacional, tendo em vista que o Quênia é territorialmente mais extenso, então, proporcionalmente, seu número populacional é maior. Ligado a isso, o número de mulheres também é maior quando comparado à Ruanda. Dessa maneira, visualizar essa diferença é importante, visto que as ações governamentais em relação aos cuidados da população feminina, principalmente no Quênia, tornam-se mais desafiadoras.

Ambos os países ratificaram a CEDAW em anos próximos, isso evidencia que as medidas em relação à convenção tiveram as ações iniciadas em um período de 4 anos de diferença. Os países estão localizados na África Oriental, região que tem grandes problemas econômicos e sociais, embora apresentem resultados pequenos de desenvolvimento frente a outros países do mundo ocidental.

Cabe ressaltar que, no que tange ao tema pobreza, ambos os países têm taxas próximas, portanto, entende-se que a pobreza influencia diretamente na qualidade de vida, e, para o ser humano que vive sob essa condição, um dos primeiros pilares da sobrevivência a ser afetado é a saúde.

Ademais, torna-se interessante mencionar que atualmente Ruanda é reconhecido por ter o parlamento mais feminino do planeta, com aproximadamente 63,8% da câmara baixa de Ruanda é composta por mulheres. Já no senado, elas ocupam quase 40% das vagas” (Vaz, 2015, p. 2). Ao passo que o Quênia não consegue compor o quorum parlamentar de 30% das mulheres nas cadeiras políticas (Ver Quadro 1).

Segundo Ndung’U (2013), esses impactos políticos atingem diretamente as questões de gênero e, conseqüentemente, políticas de saúde feminina. Apesar disso, cabe mencionar que, em Ruanda, embora a representatividade seja grande, em outros níveis de governança, como distritos e comunidades do país, as mulheres estão longe de ter uma participação decisória realmente ativa e nas regiões mais pobres do país a igualdade de gênero ainda é um grande desafio.

Frente à essa perspectiva, segundo dados publicado pela BMC Women's Health, no ano de 2022, em Ruanda, dentro de um espaço amostral de 14.634 mulheres, cerca de 77,2% tinham seguro saúde (Kawuki; Gatasi; Sserwanja, 2022). No Quênia, segundo (Were et al., 2017), por outro lado, a realidade torna-se drástica, visto que o seguro social que abre portas para o acesso à saúde das mulheres, dentro de um espaço amostral com mulheres soropositivas para o HIV de 1.247, cerca de 7% possuem seguro saúde, ainda

conforme a BMC Women's Health no ano de 2020.

DADOS MORTALIDADE MATERNA, MUTILAÇÃO GENITAL E PLANEJAMENTO FAMILIAR

Nesse contexto, as ações das organizações internacionais, juntamente com a sociedade civil influenciam grandemente na produção das informações para que haja o monitoramento das evoluções internas dos países em relação aos direitos humanos e a CEDAW.

A mortalidade materna⁸ é um problema persistente tanto em Ruanda quanto no Quênia, as razões para sua prevalência, em muitos casos, são a falta de uma assistência médica e recursos sanitários adequados.

Tabela 1 – Comparação sobre taxa mortalidade materna

Categoria	Ruanda	Quênia
Taxa de Mortalidade Materna	248 mulheres (por 100.000 nascidos vivos)	342 mulheres (por 100.000 nascidos vivos)

Fonte: Banco Mundial (2019)

O relatório realizado do Centro de Direitos Reprodutivos (2016) aponta que a taxa é alta, existem causas que podem ser especificamente apontadas frente a essa realidade em Ruanda, são elas: a hemorragia depois do parto; infecções; pressão alta; e obstrução do parto. Além disso, muitas mulheres, não somente as grávidas, se deparam com barreiras físicas como a grande distância para obter atendimento, pois aproximadamente 40% das pacientes necessitam realizar deslocamento de mais de uma hora para conseguir atendimento médico.

Para melhor compreender os dados, conforme relatório da CEDAW, em 2017, as razões para a menor diminuição das taxas de mortalidade materna no Quênia estão focalizadas na baixa eficácia das políticas de saúde do governo queniano. A falta de

manutenção dos equipamentos de atendimento e materiais inadequados ameaçam a saúde das mulheres. Além disso, a má qualidade no atendimento de saúde é decisiva para os riscos de vida que a mulher corre durante o parto.

Ademais, dando continuidade ao tema do planejamento familiar, este é um tema de grande desafio dentro das sociedades de Ruanda e Quênia, visto que para temática ligadas às tradições familiares e aspectos religiosos influenciam na forma como as comunidades dos países interpretam a necessidade da realização do planejamento familiar.

Quadro 2 – Dados sobre planejamento familiar

Categoria	Ruanda	Quênia
Aspectos culturais em relação ao planejamento familiar	O conceito resguardado pela sociedade ruandesa, principalmente no tocante a casamentos é o niko zubakwa, essa expressão significa "é assim que o casamento é tratado", significando a necessidade de subordinação da mulher para o assédio, abuso sexual e a violência doméstica. Esse conceito tem influência inclusive nas decisões familiares em relação ao planejamento familiar	As crenças culturais do país ligada à quantidade de filhos é uma variável de respeito para as mulheres nas comunidades, visto que quanto mais filhos elas tiverem, mais respeitadas dentro das comunidades elas se tornam. Ademais, as ideias de promiscuidade influenciam na região a relação à adaptação por parte das mulheres ao uso de métodos anticoncepcionais
Proporção de mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos) que têm suas necessidades de planejamento familiar satisfeitas com métodos modernos (% de mulheres de 15- 49 anos)	62,9% - Proporção encontra-se em crescimento (2022)	74, 4% - Proporção encontra-se em redução (2022)
Uso de anticoncepcionais modernos entre mulheres casadas	58% - Mulheres casadas na faixa de idade de 15 – 49 anos (2020)	61% - Mulheres casadas na faixa de idade de 15 – 49 anos (2020)

Fonte: Onu Mulheres (2022); Banco Mundial (2020); MINIJUST (2022); Abdi et al. (2021)

A semelhança entre os países no entendimento da temática do planejamento familiar é evidente, as influências culturais se tornam claras, e contribuem quanto ao uso de métodos contraceptivos nas famílias dos países. No que tange aos dados de Ruanda, há uma crescente proporção de mulheres satisfeitas com o planejamento familiar, isso torna-se compreensível tendo em vista a realidade da mulher ruandesa, devido ao desenvolvimento da atuação da mulher como reflexo do genocídio (Yuki, 2020).

No Quênia a religião muçulmana tem maior influência, de acordo com Abdi et. al (2021), o cuidado das mulheres representava, para a comunidade local do país, uma influência ocidental, eram usados artifícios identificados para evitar o planejamento familiar, com uso de contraceptivos, fazendo assim recomendação do uso de planejamento familiar natural, promovendo um caminho para justificar e não realizar um planejamento mais efetivo.

Assim, barreiras em relação ao planejamento familiar dentro da cultura podem fazer com que muitas mulheres sejam expostas à falta de prevenção sexual reprodutiva, e podem também ter sonegado a capacidade de escolha sobre a decisão da quantidade de filhos que desejam ter. “Neste estendido senso estrutural, opressão refere-se às vastas e profundas injustiças que alguns grupos sofrem como consequência de suposições frequentemente inconscientes” (Young, 1990, p. 41 apud Grossi; Werba, 2012, p .181), assim, os desafios estruturais tornam-se uma forma de reprodução de comportamentos que podem gerar discriminação.

Dando contituidade, a prevalência da Mutilação Genital Feminina (MGF) é uma realidade drástica da discriminação e violência em relação às mulheres.

Quadro 3 – Prática da MGF

Ruanda	Quênia
· Tipo IV é forma mais comum de MGF, que é caracterizado pelo alongamento dos pequenos lábios; · Não há denúncias relativas à prática de MGF.	· 4 milhões de mulheres foram submetidas à MGF; · Tipo I do MGF é o tipo de mutilação mais comum no país; · A taxa de prevalência reduziu 16,6% desde do ano de 1998 até o ano de 2014.

Fonte: Adaptação da autora – UNICEF (2020); Banco Mundial (2014); Fórum de Políticas da Criança Africana (2013); Abdi et al. (2021)

A necessidade de informação e conhecimento em relação à MGF no Quênia, em especial, é um desafio importante, pois mulheres e jovens mais pobres, com menor escolaridade, e especialmente da religião muçulmana, são mais propensas a realização da MGF, de acordo com relatório produzido pela UNICEF (2020). Torna-se imprescindível ressaltar que a prática geralmente é feita por consentimento da mulher, porém também pode ocorrer por pressão popular ou da família da vítima. Isso se confirma, porque, na maioria das vezes, quem realiza o ato da mutilação é alguém da própria comunidade em que a mulher violentada vive.

Cabe mencionar que, conforme o Conselho Nacional de População e Desenvolvimento do Quênia (2020) em muitos casos, a prática do MGF realizada por mulheres apenas impulsiona a questão da falta de conhecimento e informação, a prevalência é influenciada por crenças e tradições populares que propulsionam o comportamento da população a realizar a prática. Por fim, é possível compreender que as mudanças em leis e os enfrentamentos por meio de recomendações públicas não são o suficiente, as mulheres necessitam estar cientes de seus direitos para compreenderem que práticas discriminatórias que são nocivas à saúde da mulher devem ser abolidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, os países mostraram assumir um compromisso com as ratificações da CEDAW, mas ainda possuem entraves para executar as ações necessárias para combater a discriminação contra as mulheres, tais dificuldades passam por questões de monitoramento, legislação, cultura e desinformação em relação às questões que envolvem a saúde das mulheres. Assim, um dos principais atores, os Estados, devem se dedicar à realização dessas ações, implementando políticas para proteger os direitos humanos das mulheres.

Os países evidenciaram um determinado desenvolvimento nas questões relacionadas ao combate de discriminação da mulher no âmbito da saúde, a partir dos dados coletados em comparação, foi possível alcançar o entendimento que a prevalência às violações por parte do Quênia se sobressaiu frente às ações e números

de Ruanda. Além disso, a conduta morosa e omissa da nação em relação às recomendações da CEDAW fortaleceu este entendimento.

A importância do tema para Relações Internacionais, se dá em virtude da forma como a CEDAW, juntamente com o arcabouço de outros instrumentos dos regimes internacionais de proteção aos direitos humanos, entendem como são interpretados e implementados nos países. Isso é relevante tendo em vista que os desafios em relação à saúde das mulheres colocam o grupo dentro da vulnerabilidade, já que em outros países o descaso se agrava e a violência e a discriminação podem ser ainda maiores. A importância dos organismos internacionais, como a ONU e suas agências, por exemplo, a ONU mulheres, se tornam agentes necessários para levantar as denúncias e acompanhar os desenvolvimentos dos países, inclusive abrindo portas para desenvolvimento de projetos que visem a consciência nas sociedades em relação ao combate da discriminação do grupo feminino.

líderes da direita política e dos magnatas do agronegócio.

NOTAS

¹ Jordana Beatriz Menezes de Freitas, bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília, e-mail: jordana15bia@gmail.com.

² Igualdade de gênero pode se entender sobre a seguinte perspectiva: “A ótica material objetiva construir e afirmar a igualdade com respeito à diversidade. O reconhecimento de identidades e o direito à diferença é que conduzirão a uma plataforma emancipatória e igualitária” (Piovesan, 2012, p. 75).

³ No original: “In political discourse, this becomes translated into stereotypical notions about those who inhabit the outside. Like women, foreigners are frequently portrayed as “the other”: nonwhites and tropical countries are often depicted as irrational, emotional, and unstable, characteristics that are also attributed to women”.

⁴ Segundo Arraes e Gehre (2013), organizações internacionais são organismos internacionais, instrumentos institucionalizados que auxiliam nos mecanismos de promoção de resoluções, monitoramento e recomendações para questões internacionais.

⁵ No original: “Instead, human rights conditions deteriorated in Kenya because an increasingly powerful executive showed declining tolerance for political dissent and developed a personal and paternalistic style of rule”.

⁶ Genocídio em Ruanda foi uma tragédia internacional que dizimou milhares de ruandeses, o conflito se deu entre “a rebelde Frente Patrótica Ruandesa (Front Patriotique Rwandais – FPR) dominada pelos tutsis [...] e o exército oficial de Ruanda (dominado pelos hutus)” (Lowe, 2011 p. 576).

⁷ No original: “While the State party’s initial and second periodic reports were relatively short, the Committee found early on that it had exhibited considerable political will to meet its obligations under the Convention. It ratified early (admittedly without closely examining all the necessary legislative changes) ⁷ and was the first sub-Saharan African state to report. [...] In recent years Rwanda has been cited as an example of women’s success in public life.”

⁸ A definição da mortalidade materna: “é a morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, independentemente da duração ou da localização da gravidez” (OMS, 2019, tradução nossa).

REFERÊNCIAS

AABDI, B; OKAL, J; SEROUR, G; TEMMERMAN, M. **Muslim men's perceptions and attitudes on family planning: a qualitative study in wajir and lamu counties in kenya.** Sexual And Reproductive Health Matters, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 303-313, 1 jan. 2021. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/26410397.2021.1893890>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/26410397.2021.1893890>. Acesso em: 03 nov. 2022.

ARRAES, V; GEHRE, T. **Introdução ao Estudo das Relações Internacionais.** 1. ed. São Paulo: Saraiva Unì, 2013.

AGNU - Assembleia Geral das Nações Unidas. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.** Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf. Acesso em: 04 set. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Iniciar: porque o vawg é importante nas operações de desenvolvimento. Por que o VAWG é importante nas operações de desenvolvimento.** 2014. Tradução Nossa. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/programs/violence-against-women-and-girls/initiate>. Acesso em: 04 out. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Taxa de mortalidade materna (estimativa modelada, por 100.000 nascidos vivos): Ruanda, Quênia.** Washington: Banco Mundial, 2019. OMS, UNICEF, UNFPA, Grupo do Banco Mundial e Divisão de População das Nações Unidas. Trends in Maternal Mortality: 2000 to 2017. Geneva, World Health Organization, 2019. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SH.STA.MMRT?contextual=default&end=2017&location=RW-KE&name_desc=true&start=2000&visualizar=gráfico. Acesso em: 27 out. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Prevalência de mutilação genital feminina: Quênia.** [S.L]: Unicef Data, 2014 .Tradução nossa. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SH.STA.FGMS.ZS?locations=KE>. Acesso em: 02 nov. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Proportion of seats held by women in national parliaments (%) - Rwanda, Kenya.** 2020. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SG.GEN.PARL.ZS?locations=RWKE&name_desc=true. Acesso em: 30 out. 2022.

BANCO MUNDIAL. **População Total do Quênia.** 2020. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Total+population+in+Kenya&sxsrf=ALiCzsZDH2A>. Acesso em: 30 out. 2022.

BYRNES, A; FREEMAN, M. **The impact of the cedaw convention: paths to equality.** Washington: World Bank, 2011. Tradução nossa. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/9219/WDR2012-0014.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Centro de Direitos Reprodutivos. **Informações suplementares sobre Ruanda agendadas para revisão pelo Comitê sobre o O Comitê e outros órgãos de monitoramento de tratados (TMBs) enquadraram a questão da mortalidade materna como uma violação do direito das mulheres e meninas à saúde e à vida.** O Comitê também Eliminação da discriminação contra as mulheres durante a pré-sessão da 66ª sessão. Genebra: Centro de Direitos Reprodutivos, 2016. 14 p. Tradução nossa. Disponível em: https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CEDAW/Shared%20Documents/RWA/INT_CEDAW_NGO_RWA_24267_E.pdf. Acesso em: 23 out. 2022.

CERS. **Saiba mais sobre: obrigação de não fazer (Obligatio Ad Non Faciendum).** 2016. Disponível em: <https://noticias.cers.com.br/noticia/saiba-maissobre-obrigacao-de-nao-fazer-obligatio-ad-nonfaciendum/>. Acesso em: 28 nov. 2022.

Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres. **Informações suplementares sobre o relatório do Estado do Quênia para consideração do Comitê da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres na 68ª sessão.** Genebra: Divisão de Tratados de Direitos Humanos, 2017. Disponível em: https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CEDAW/Shared%20Documents/KEN/INT_CEDAW_NGO_KEN_28991_E.pdf. Acesso em: 02 nov. 2022.

Conselho Nacional de População e Desenvolvimento. **POPULAÇÃO DO ESTADO DO QUÊNIA 2020.** Nairobi: Unpf, 2020. Disponível em: https://kenya.unfpa.org/sites/default/files/pubpdf/state_of_kenya_population_report_2020.pdf. Acesso em: 29 nov. 2022.

The Global Economy. **Kenya: Human development. 2020.** Disponível em: https://www.theglobaleconomy.com/Kenya/human_development/. Acesso em: 30 out. 2022.

The Global Economy. **Rwanda: Human development. 2020.** Disponível em: https://www.theglobaleconomy.com/Rwanda/human_development/. Acesso em: 30 out. 2022.

Fórum de Políticas da Criança Africana. PROIBIÇÃO DA MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA (MGF): ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E REGIONAL. 2013. Tradução Nossa. Disponível em: https://www.africanchildforum.org/clr/Harmonisation%20of%20Laws%20in%20Africa/other-documents-harmonisation_11_en.pdf. Acesso em: 04 nov. 2022

FREITAS, J. **Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulher: Desafios para efetivação dos Direitos Humanos relativos à saúde das mulheres em Ruanda e no Quênia.** 2022. 52 páginas. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2022.

GARBIN, I. **Direitos Humanos e Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2021.

GARCIA, E. **Proteção Internacional dos Direitos Humanos: breves reflexões sobre os sistemas convencional e não convencional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

GROSSI, P.; WERBA, G. **Violência e Gênero: Coisas que a gente deve saber**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GUERRA, S. **Direito Internacional dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2011.

KAWUKI, Joseph; GATASI, Ghislaine; SSERWANJA, Quraish. **Women empowerment and health insurance utilisation in Rwanda: a nationwide crosssectional survey**. *Bmc Women'S Health*, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 1-12, 16 set. 2022. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1186/s12905-022-01976-8>. Disponível em: <https://bmcwomenshealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12905-022-01976-8#citeas>. Acesso em: 23 out. 2022.

KENYA, **Government and Political System**. Disponível em: <https://www.kenyaembassyaddis.org/about-kenya/government-and-political-system/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

KIMANI, M. **Taking on violence against women in Africa: international norms, local activism start to alter laws, attitudes**. 2007. Tradução Nossa. Disponível em: <https://www.un.org/africarenewal/magazine/july-2007/taking-violence-againstwomen-africa>. Acesso em: 8 nov. 2022.

KRASNER, S. **Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes**. *Revista de Sociologia e Política*, [S.L.], v. 20, n. 42, p. 93-110, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782012000200008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/b9xbgR49ZTvbzLq5RKfZrDg/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 21 set. 2022.

KOSTER, M; PRICE, Lisa Leimar. **Rwandan female genital modification: elongation of the labia minora and the use of local botanical species**. *Culture, Health & Sexuality*, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 191-204, fev. 2008. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13691050701775076>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13691050701775076?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 4 nov. 2022. LOWE, Norman. *História do mundo contemporâneo*. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

MINIJUST. **MINISTRAR DA JUSTIÇA INSTA CIDADÃOS A REVELAR QUEM COMETE VIOLÊNCIA EM CASA**. Disponível em: <https://www.minijust.gov.rw/newsdetail/minister-of-justice-urges-citizens-to-reveal-those-who-commit-violence-in-their-homes>. Acesso em: 05 nov. 2022.

YUKI. **Women's Empowerment in Rwanda Reduces Poverty**. 2020. Disponível em: <https://www.borgenmagazine.com/womens-empowerment-in-rwanda/>. Acesso em: 2 nov. 2022.

O JAPÃO IMPERIALISTA: “PATTERNS OF RACE WAR” EM UMA ANÁLISE CULTURAL SOBRE A CHINA E A COREIA DE 1894 A 1945

Kira Popov Custódio Castro Souza¹
Luís Guilherme Rodrigues Pinheiro²

RESUMO

O presente artigo discorre sobre a presença do racismo durante a história do Império Japonês, focado na sua intervenção em dois países principais, China e Coreia, bem como a relevância da arte no processo de caracterização desse racismo especialmente desde a Primeira Guerra Sino-Japonesa, iniciada em 1894. O objetivo é trazer uma análise da Guerra do Pacífico (1941-1945), focando na lente do racismo e da xenofobia vista através da arte. Para isso, a metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, citando, principalmente, o trabalho de Dower, que, inclusive, nomeia o presente artigo com a expressão *patterns of race war*. Essa descrição foi feita por meio de uma contextualização histórica da ascensão do Japão como uma potência imperialista - depois, foram realizadas análises sobre suas relações com duas das nações por ele dominadas, com um foco não só na dominação militar, mas também cultural e, em especial, do tratamento racista e xenofóbico entre esses atores. Por fim, ficou constatado o papel das artes não só na representação, mas também na disseminação desses preconceitos; especialmente devido ao seu uso no contexto da Guerra do Pacífico.

Palavras-chaves: Japão; Imperialismo; China; Coreia; *Race War*; Cultura; Arte.

ABSTRACT

This article discusses the presence of racism during the history of the Japanese Empire, focused on two main countries, China and Korea, as well as the relevance of art in the process of characterizing this racism, especially since the First Sino-Japanese War started in 1894. The objective is to bring an analysis from another perspective of the Pacific War, focusing on the lens of racism and xenophobia seen through art. To achieve this, the methodology adopted was a bibliographical review, citing mainly the work of Dower (1986), who even names this article with the expression 'patterns of race war', but also other main authors such as Gruhl (2007), Mitter (2013), Sakurai (2007) and Nam (2018) who help describe the process of Japanese domination. This description was made through a historical contextualization of Japan's rise as an imperialist power - then, some analyzes were carried out on its relations with two of the nations it dominated, with a focus not only on military domination, but also cultural and, in especially, the racist and xenophobic interactions between these actors. Finally, the role of the arts was established not only in representation, but also in the dissemination of these prejudices; especially given its use in the context of the Pacific War.

Keywords: Japan; Imperialism; China; Korea; Race War; Culture; Art.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, pautado no contexto das discussões tidas no Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI), objetiva compreender, concomitantemente, duas áreas: Artes e Relações Internacionais, a segunda de uma perspectiva mais histórica e a primeira de modo complementar a ela. Para isso, foi escolhido o trabalho de Dower “*War Without Mercy: Race and Power in the Pacific War*”, de 1986, como base para as produções e, com isso, a circunstância da Guerra do Pacífico. Mais precisamente, o artigo busca analisar como o conflito entre o Japão e, de modo particular, a China e a Coreia, foi permeado de interações racistas e xenofóbicas e como tais interações podem ser vistas através da arte.

Essa análise é relevante devido à posterior ascensão do Japão como potência mundial no pós Segunda Guerra e na atual ascensão chinesa frente aos Estados Unidos, bem como os resquícios dos conflitos dessa época refletem na relação dessas nações nos dias de hoje. No entanto, o artigo se limita aos acontecimentos prévios e da época da Guerra do Pacífico, deixando o estudo dessas repercussões para outras oportunidades.

Metodologicamente, o artigo traz uma pesquisa bibliográfica, focado em autores que retratam o conflito e as relações entre nações e suas populações, trazendo exemplos artísticos que ajudam a entender o teor preconceituoso de tais relações, como óperas, músicas, obras cinematográficas, etc. De autores, o trabalho do Dower (1986) foi central, como já mencionado, mas também foram utilizadas as ideias de Gruhl (2007), Mitter (2013), Sakurai (2007) e Nam (2018) para retratar essa perspectiva artística, que por vezes demonstram esse viés e o perpetuam, e de *race war* que o artigo propõe.

O termo *race war*, como está, pode ter duas interpretações. A primeira interpretação refere-se ao conceito de uma guerra entre duas ‘raças’. Por sua vez, a segunda interpretação é baseada no entendimento trazido pelo Dower (1986) de uma guerra em questão foi pautada em preconceitos e alimentado por orgulho racial; isto é, muito condizente com a perspectiva intencionada.

Assim sendo, o artigo conclui que as artes foram um ponto de análise importante para estudar o período, bem como representaram um meio em si de participar da *race war*. Também foi possível analisar alguns casos em que isso ocorreu tanto na suas relações com a China quanto na Coreia e até nos Estados Unidos da América (EUA).

O SURGIMENTO DE UM JAPÃO IMPERIALISTA

A Guerra do Pacífico foi um conflito entre as forças dos Aliados - composta por Reino Unido, Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) - e do Eixo - composta por Alemanha, Itália e Japão, inicialmente - que aconteceu entre os anos de 1941 e 1945, com foco no embate entre Japão e Estados Unidos da América (EUA), após um ataque japonês a uma base naval norte-americana no Pacífico. Esse conflito foi um reflexo das mudanças internas do Império Japonês e também do seu expansionismo pela Ásia, chegando a invadir e conquistar diversos países e colônias ocidentais. Entretanto, para uma melhor compreensão, é necessário analisar primeiro os fenômenos que levaram à postura do Japão diante do conflito.

Nesse sentido, alguns acontecimentos históricos são importantes para entender a posição japonesa durante a guerra e contextualizar o seu lugar entre as potências imperialistas, especialmente devido à rapidez com que passou de uma nação ignorada e considerada obscura e atrasada pelo Ocidente a uma nação por ele reconhecida como uma importante potência mundial, como narra e complementa Henshall (2004, p.145): “Esse feito é considerado, na história mundial, a realização mais notável, num período tão curto, por parte de qualquer nação”.

Assim sendo, cabe apontar, primeiramente, o isolamento japonês durante o regime Tokugawa (1600-1868, aproximadamente). Durante esse período, a partir de 1639, todos os estrangeiros foram expulsos e o *xogunato*³ consolidou uma política de rejeição a qualquer tipo de “estrangeirismo”. Também não era permitido aos japoneses viajarem para o exterior (Henshall, 2004). Esse isolacionismo se deu principalmente pelo reconhecimento da ameaça estrangeira ao poder do xogunato e uma de suas consequências foi, também, a consolidação de uma identidade nacional pautada nessa relutância quanto ao estrangeiro.

Essa relutância ainda seria vista mesmo durante o período de fim do isolacionismo. Alguns defensores da abertura foram assassinados mesmo ao sugerirem, como fez Sakuma Shozan, uma junção de pontos orientais e ocidentais, pautados no lema “ética oriental, ciência ocidental”. Contrários a esse tipo de ideia, nacionais mais radicais guiavam-se pelo lema de “reverenciemos o imperador, expulsemos os bárbaros”, que trazia um teor xenofóbico que agradava ao *xogunato*, como descreve Henshall (2004).

Esse sentimento xenofóbico se intensificou ainda mais quando, forçado a abrir-se inevitavelmente, o Japão assinou os chamados “tratados desiguais”. A falta de habilidade do *xogunato* de lidar com a interferência estrangeira, bem como uma série de revoltas

iniciadas pelo domínio de Choshu⁴ acabaram por desencadear no fim desse sistema. A partir desse acontecimento, a situação do Japão mudou significativamente, incluindo, principalmente, o contato com o Ocidente, conforme analisado em:

Em todo caso, o poder dos xoguns, que durou cerca de 700 anos, tinha terminado. Os diabos estrangeiros estavam de volta e pareciam que não se iriam embora. Quando esses diabos apareceram pela primeira vez, um desenho humorístico popular, baseado na tradição japonesa dos “concursos de peito” (...) mostrava os ocidentais despedaçados por peidos japoneses. (...) Os diabos estrangeiros não iriam ser varridos desta maneira. Pelo contrário, tinham sido os estrangeiros a (...) rebentar com as portas do país fechado (Henshall, 2004, p. 99).

Após o fim do *xogunato*, o Japão entrou na Era Meiji (1868-1912), um período caracterizado pela rápida industrialização, pela unificação do exército, pelo crescimento econômico, pelo teor nacionalista em prol de construir uma sociedade “forte” e, em especial, por uma política educacional controlada completamente pelo Império. Essa política se deu por meio da promulgação do Editó da Educação, o qual, segundo Sakurai (2007, p. 133-134), “ [...] é um documento de poucas linhas em que [...] se espera a manutenção e reprodução do império. Retoma o mito de origem - ‘Os nossos ancestrais imperiais fundaram o nosso império...’”. Entre outros aspectos, esse editó também incentivava o trabalho pela nação e pelo imperador e, com isso, promovia o orgulho e a identidade nacionais.

Essa construção da identidade nacional foi fundamental como motivação para a expansão do Império Japonês durante o século XX. Como mencionado, o dever para com a nação e o orgulho foram essenciais para esse sentimento nacionalista. Outros argumentos, como também descrito por Sakurai (2007), foram a exclusividade e a *uniqueness*, com o intuito de glorificar a história do povo japonês. Esses argumentos eram ainda relacionados ao relato de que os japoneses eram capazes de construir sua história sem interferência externa, demonstrando ainda uma homogeneidade e uma unidade, pautada até na uniformidade linguística e no isolacionismo.

Esse sentimento de unidade, no entanto, acabou por tornar proeminente, também, a xenofobia e o racismo japoneses, já que tinham como alicerce o povo japonês como um só grande grupo que se distingue das demais nações por sua ligação com a família imperial e, conseqüentemente, com a deusa Amaterasu do Sol (Sakurai, 2007). Dito isso, tem-se uma conclusão de que o sentimento de superioridade do Japão vinha de uma união entre orgulho nacional, a crença na figura divina do imperador e uma centralidade cultural advinda do isolacionismo.

Esses elementos, combinados com uma escassez de recursos para um Japão cada vez mais industrial e com um exército mais participativo, o que gerou um discurso não tão diferente do “espaço vital” usado por Hitler para defender o expansionismo alemão, foram alguns dos pilares que motivaram o imperialismo japonês. Fatores culturais e históricos, assim como um antecedente de xenofobia e de racismo, fizeram com que a conquista japonesa da Ásia, durante o século XX e até a Guerra do Pacífico, fosse o objeto de estudo do presente artigo, que busca, dentre outros objetivos, esclarecer um pouco os padrões de uma “race war”, como a denomina Dower (1986), e o papel da cultura e até da arte no entendimento desse fenômeno.

A RELAÇÃO JAPÃO-CHINA (1894-1945)

O relacionamento entre China e Japão nos séculos XIX e XX foi marcado por intensas tensões e conflitos, cujas repercussões ainda influenciam a dinâmica entre os dois países na atualidade. Para entender melhor o contexto da Guerra do Pacífico e do imperialismo japonês, é fundamental examinar a intervenção japonesa na China, dada, principalmente, pelas duas Guerras Sino-Japonesas.

A Primeira Guerra Sino-Japonesa durou de 1894 a 1895 e, embora curta, serviu para mudar drasticamente o panorama das potências asiáticas na época. Essa guerra foi caracterizada, principalmente, pelo embate entre China e Japão sobre o controle da Coreia. Para os chineses, a península coreana era um protetorado tarifário importante; para os japoneses, era uma território estratégico que representava interesses expansionistas e também um ponto de desembarque estratégico na Ásia continental para as tropas japonesas (Paine, 2009).

O Japão saiu vitorioso e, continuando uma onda de conquista, invadiu o território chinês da Manchúria, dominando-o também. Como derrotada, a China também teve que ceder Taiwan e as Ilhas Pescadores, bem como permitir a navegação japonesa no rio Yangtze e uso dos portos marinhos, reconhecer os interesses japoneses na Coreia e, ainda, pagar uma indenização de guerra como parte do Tratado de Shimonoseki, assinado ao fim do conflito. Diante disso, é importante ter em vista o contexto histórico dos dois lados do conflito para melhor entender suas consequências no balanço de poder e nos conflitos subsequentes na região, como a Guerra Russo-Japonesa e a Segunda Guerra Sino-Japonesa, bem como a Segunda Guerra em geral.

Inicialmente, a China do final do século XIX não era considerada uma potência pelo Japão. Ela estava passando pela decadência de sua última dinastia, a Qing, e, à época da Primeira Guerra Sino-Japonesa, havia acabado de sair perdedora das Guerras do Ópio com a Inglaterra, tendo sido obrigada a ceder Hong Kong aos ingleses e a assinar com eles diversos tratados desiguais. Além disso, devido a esse enfraquecimento, muitas potências como França, Alemanha e Rússia tiveram sucesso em ocupar partes da China. Outro ponto também foram as diversas rebeliões internas que ocorreram durante esse período. Dito isso, houve uma tentativa de reação da dinastia, que se deu por meio de uma industrialização de armamentos pautada na maneira ocidental - porém essa tentativa não foi bem-sucedida e, durante uma batalha contra os franceses no Vietnã, demorou apenas uma hora para que eles conseguissem destruir uma frota de navios novos chineses (Ben, 2022).

No entanto, o Japão ainda possuía uma consideração mínima pela China, como descrito por Sakurai (2007, p. 151):

Se não era cordial, o Japão pelo menos sempre respeitou seus vizinhos. Reconhecia a China como a matriz de muitos fundamentos da cultura japonesa - a escrita, a religião budista, o confucionismo - e a Coreia como intermediária entre Japão e China e fonte de importantes aquisições culturais como a cerâmica.

Essa visão é mudada no período pré, pós e durante a Guerra Sino-Japonesa. Mesmo que o Japão tenha tido, de acordo com Oscar (2021), a China como uma inspiração em diversos âmbitos, como religião, leis e sistema de governo, depois da Restauração Meiji o Japão passou a ver a China como antiquada, fraca e incapaz de se defender das potências ocidentais. Dito isso, pode-se dizer que essa percepção japonesa foi comprovada diante da vitória 'fácil' sobre os chineses.

Paine (2009) também traz uma análise interessante sobre a perspectiva e visão ocidentais sobre o Japão e a China, tanto antes quanto depois da Guerra Sino-Japonesa. No pré-guerra, ele descreve que o Japão era conhecido no Ocidente, principalmente, pela operetta "*The Mikado*" de Gilbert e Sullivan, que traduzia o Japão para os europeus como uma nação pitoresca e estupidamente preocupada com regras de etiqueta ao invés dos assuntos sérios com os quais as potências europeias se preocupavam. Paine (2009) também descreve que, quando não era retratado desse jeito, o Japão era tido como uma nação extremamente violenta - os asiáticos no geral eram tidos como apreciadores da decapitação e os japoneses, em especial, eram apegados ao método de execução da espada de samurai.

Curiosamente, em 1906, essa perspectiva imagética do Japão advinda do *Mikado* foi substituída por uma outra visão promovida por uma ópera de Puccini chamada *Madama Butterfly*, de 1906. Essa ópera é uma adaptação de uma peça que, por sua vez, é adaptada do romance *Madame Chrysanthème* escrito por Pierre Loti. Em comparação com o livro, que descrevia um caso amoroso entre um oficial americano e uma japonesa e que retratava os japoneses como macacos e a Butterfly como uma oportunista sem escrúpulos..

A ópera, no entanto, retrata os papéis invertidos: o oficial afasta Butterfly de sua família e eles se casam, então ele a abandona e volta para os EUA. Butterfly é deixada sozinha com um filho e rejeita um pretendente japonês à espera do oficial, apenas para descobrir que ele havia se casado com uma mulher americana. Ela, instruída por seu marido, conta a Butterfly sobre o casamento, o que culmina em seu suicídio com uma espada de samurai cuja lâmina era encravada com a frase “*to die with honour when one can no longer live without honour*”. Na ópera, toda a glória vai para os japoneses, sem nenhum mérito para os americanos (Paine, 2009, p. 17-18). Esse retrato posterior é um exemplo claro de como as narrativas americanas e japonesas se contradiziam com o objetivo de desvalorizar, reprimir ou ridicularizar o oponente, como será abordado mais para frente novamente no contexto da Guerra do Pacífico.

No caso da China, Paine (2009) traz que não havia um equivalente ao “*The Mikado*”, porém, havia livros e descrições feitas por missionários enviados à China. Embora houvesse muitos escritos elaborados por Marco Polo e Cristóvão Colombo sobre o país, o que se sobressaiu foi o relato do jesuíta Matteo Ricci, que descreveu uma política unificada baseada no Confucionismo. Para uma Europa com um histórico de conflitos religiosos, isso foi um choque.

Outro jesuíta, Jean Baptiste du Hale, descreveu a China como “o mais memorável dos países conhecidos”. Durante a época iluminista, ainda, autores elogiaram a China como uma ‘monarquia iluminada’ e Voltaire disse não ser possível para a mente humana pensar em um governo melhor do que o que era praticado na China. Mesmo depois da derrota nas Guerras do Ópio, o país ainda era visto com venerabilidade, teve seus esforços de modernização reconhecidos e seu crescimento foi até comparado ao do Japão (Paine, 2009).

Essas visões, entretanto, mudaram completamente depois da guerra sino-japonesa. Ao mesmo tempo que o Japão passou a ser mais bem-visto e

reconhecido no ocidente, a imagem da China passou por uma rápida decadência. Paine descreve também essa mudança radical por meio da fala de Sir Henry Norman, um jornalista britânico:

The war with China and the treaty with England [of 1894, according Japan juridical equality] will at last force foreigners to see Japan as she is. The Japanese are a martial and proud race, with marvelous intelligence, and untiring energy and enthusiasm.' He believed that their goal in Asia mirrored England's in Europe, namely, 'to hold the balance of power in the Far East (Paine, 2009, p. 17).

No que se refere à China, a visão predominante era bastante negativa, chegando a ser insultante. O país era descrito como corrupto, mal-governado, incoerente e sem meios para se defender. Também era dito que acreditar na melhora da China era uma fé desperdiçada e que suas pessoas eram ignorantes e seus governantes, estúpidos. Além disso, a China também era tida como “the sick man of Asia” em um paralelo com sua contrapartida otomana (Paine, 2009). Esses e outros termos foram usados para perpetuar a nova visão ocidental da China, estabelecendo, assim, uma inversão de papéis notável entre os dois países: o Japão, que antes era tido como violento, pitoresco e fútil, agora era um exemplo militar com uma conduta orgulhosa e a China, outrora um país iluminado, unificado e com um governo esclarecido, nada mais era do que corrupta, fraca e velha depois de sua derrota.

Essa vitória foi o início do imperialismo japonês, representando esse momento de ruptura e apresentando o Japão como uma possível potência dotada de uma capacidade militar considerável. Sakurai (2007, p. 152) complementa: “É dessa época a expressão “perigo amarelo” que, durante as décadas seguintes, sintetizou o receio ocidental em relação ao Japão guerreiro”.

Como reação a isso, logo depois do fim da guerra, a Rússia, tendo seus próprios interesses na Coreia, uniu-se com a França e Alemanha na chamada Intervenção Tripartite (1895) para aconselhar o Japão a retirar-se da Manchúria⁵ em prol da estabilidade e harmonia da região. O Japão, visando a manter a favorabilidade das potências europeias, cedeu e se afastou, para o grande descontentamento do povo japonês. No entanto, alguns anos mais tarde, essas mesmas potências europeias começaram a dividir entre si partes da China, culminando na indignação japonesa quando a Rússia ocupou a parte da Manchúria que tinha feito o Japão ceder anos antes. A relação entre Japão e Rússia ia deteriorando-se e, como resposta, os japoneses propuseram que os russos reconhecessem seus interesses na Coreia em troca do

reconhecimento japonês do interesse russo na Manchúria. A Rússia, todavia, opôs-se (Henshall, 2004).

Essa situação levou à Guerra Russo-Japonesa, iniciada em 1904 com o ataque japonês a Port Arthur, uma base russa na China de grande importância por ser a única base no Pacífico que não sofre com congelamentos durante o inverno. Dessa guerra o Japão saiu vitorioso mais uma vez. A Rússia, pelo Tratado de Paz de Portsmouth, teve que deixar Port Arthur, reconhecer os interesses japoneses na Coreia e desistir da Manchúria.

Essa vitória foi um ponto de virada na trajetória imperialista japonesa, representando a vitória de uma potência asiática sobre uma europeia, ou de não brancos sobre brancos, como a descreve Dower (1986). Suas repercussões e significado são descritos por Sakurai (2007, p. 153-154):

O êxito sobre o império russo foi visto pelos dirigentes japoneses como uma vitória até então sem igual. A derrota de uma das potências europeias, um império de enormes dimensões, teve um significado especial para os japoneses: como se o pequeno arquipélago tivesse vencido um gigante Golias. Do ponto de vista estratégico, ao final dessa guerra, o Japão conseguiu alargar a sua área de influência sobre o território russo e sobre a área de confluência da Rússia com a China.

A guerra não foi apenas uma quebra de expectativa para os japoneses e russos. Whistler (2022) aponta que, no início do século XX, o mundo era dominado por potências europeias, que eram vistas como tecnologicamente mais avançadas. Com exceção dos Estados Unidos, havia pouca expectativa de que nações de outras regiões, como África, Oriente Médio ou Ásia, pudessem desafiar essa ordem estabelecida, refletindo a percepção de superioridade tecnológica e cultural das potências europeias na época.

Henshall (2004) conclui esse raciocínio dizendo que, finalmente, o Japão conseguiu igualar-se às potências europeias. Em vez de temer o colonialismo pelas potências imperialistas, por exemplo, ele era agora capaz de ter um lugar entre elas, tendo diversas conquistas territoriais na Ásia. O Japão tinha, por fim, aprendido a jogar como potência mundial.

No âmbito interno, vale também ressaltar que não era só relevante a dicotomia entre ocidente e oriente, mas também a própria visão japonesa sobre os chineses no final da Primeira Guerra Sino-Japonesa. Dower (1986) narra que era muito comum que os japoneses tentassem se distanciar, racialmente, também dos outros povos asiáticos. Ele exemplifica por meio de xilogravuras⁶ dessa guerra, nelas, os japoneses eram retratados

tais quais homens brancos, enquanto os chineses eram pequenos, de cara redonda, amarelos e, como um todo, assim como os ocidentais costumam retratar os orientais. Essa diferenciação mostra como os japoneses buscavam se inserir às potências ocidentais e se separar, tanto racial quanto bélica e culturalmente, das outras nações asiáticas tidas como ‘inferiores, fracas e ultrapassadas’; adjetivos que pareciam corriqueiramente usados para se referir à China.

Ratificando isso de certo modo, a China, entre o final do século XIX e início do século XX, encontrava-se completamente desmoralizada e pensava em meios de contornar sua crise. Nesse contexto, chegou a inspirar-se em ideologias e filosofias ocidentais, como a ideia de Herbert Spencer do ‘Darwinismo Social’, que dizia que não só as espécies, mas também pessoas e raças competiam por maestria, essa corrente, apesar de agora considerada como uma pseudociência, tornou-se muito popular na Ásia, já que explicava o motivo de seu declínio e também uma possível solução (Mitter, 2013). Essa solução viria na forma de tentativas de mudança política, rebeliões e revoltas.

Em 1900, por exemplo, ocorreu uma revolta motivada principalmente pelo ressentimento à presença estrangeira na China que ficou conhecida como Levante Boxer. Caracterizados por slogans xenofóbicos, como os descritos por Mitter (2013, p. 51) em *“When the foreign devils have all been killed, a heavy rain will fall”*⁷, as ações de violência dos Boxers para com os estrangeiros pintaram o cenário das ruas chinesas. A revolta ganhou o apoio das tropas imperiais sob o comando da Imperatriz Viúva Cixi, porém, foi suprimida por uma força internacional que incluía, dentre outros atores, Japão, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Rússia. No fim, a China teve que, mais um vez, pagar uma indenização aos envolvidos e Pequim foi dividida em distritos pelas forças internacionais, bem como houve pilhagens e leilões de patrimônios chineses. Essa revolta, além de alguns outros momentos, enfraqueceu drasticamente o poder da dinastia Qing, a qual foi derrubada em 1911, sendo a República da China instaurada no ano seguinte, terminando assim os mais de 2 mil anos de dinastias chinesas (National Army Museum).

A transformação de governo imperial para república é necessária para se analisar, posteriormente, a relação entre China e Japão na Segunda Guerra Sino-Japonesa, iniciada em 1937. Para muitos, esse conflito deveria ser considerado, na verdade, o primeiro conflito da Segunda Guerra Mundial, em vez de ter seu começo marcado em 1939, ou até mesmo a invasão japonesa à Manchúria, em 1931.

Em primeira instância, os primeiros anos da república chinesa foram turbulentos. Logo após a instauração do governo e uma crise com seus líderes, a China se via no meio da explosão da Primeira Guerra Mundial. Yuan Shikai era o líder da China e, após a vitória da Tríplice Entente e a assinatura do Tratado de Versalhes, os territórios chineses antes controlados pela Alemanha, em vez de devolvidos, foram oferecidos ao Japão.

Além disso, em 1915, o Japão pressionou Yuan com o que ficaram conhecidas como “As Vinte e Uma Exigências”, as quais eram uma série de concessões que a China deveria fazer ao Japão e que a tornavam basicamente um território dependente. Yuan tentou reduzir e suprimir as exigências e resistir à pressão, mas acabou cedendo - especialmente com vistas às tentativas falhas de negociar e de estratégias de imprensa, a passar por um ultimato militar e a perceber que os americanos não iriam se envolver. Como consequência, o Japão saiu de certo modo vitorioso nas negociações, porém criou-se um sentimento anti-japonês na China (Naraoka, 2017).

Outro episódio que segue a república e no contexto do movimento de New Culture, narra Mitter (2013), é que o Partido Comunista Chinês teve seu primeiro congresso. O socialismo foi uma das muitas doutrinas ocidentais que chegaram à China no final da dinastia Qing e popularizou-se, também, pela Revolução Russa em 1917. Os presentes, que incluíam Mao Tse Tung, partilhavam da crença que os problemas sociais chineses, não apenas o problema do imperialismo estrangeiro, precisavam de uma solução radical.

A ascensão de Mao Tse-tung e de seu partido resultou em uma China bastante dividida antes da Segunda Guerra Mundial. Embora os nacionalistas, sob o comando de Chiang Kai-shek, tenham conseguido uma união formal, na prática, o controle era apenas parcial. Muitas províncias eram autônomas, controladas por *warlords*, ou ainda estavam sob a influência de Mao Tse-tung. Além disso, a presença e a influência estrangeira também contribuía para a fragmentação do país, como explica Mitter (2013).

Além da situação interna da China, é também relevante tratar de sua relação prévia com os Estados Unidos, os quais, mais tarde, entraram na guerra diante do ataque japonês a Pearl Harbor (1941), além da então rivalidade entre americanos e japoneses.

Desde o século XIX, os chineses eram vistos, principalmente, como imigrantes mais do que indesejados enquanto permaneciam nos Estados Unidos, sendo frequentemente descritos por viajantes como ‘selvagens pagãos’, ‘uma nação de crianças ou idiotas’ e

e ‘uma raça de anões pobres, miseráveis e seres inferiores’. Porém, ao mesmo tempo, os americanos se impressionavam com o tamanho e população da China e temiam que ela pudesse vir a ser um inimigo e uma ameaça, popularizando assim a expressão do ‘perigo amarelo’ (Dower, 1986).

Todavia, após a derrota da China durante a Primeira Guerra Sino-Japonesa, esse receio mudou de lado e passou a ter o Japão como o novo ‘perigo amarelo’, como descreveu Sakurai (2009). *“This did not, however, simply shift the focus of Yellow Peril fears from China to Japan. Rather, it multiplied those fears”* complementou Dower (1986, p. 190). Escritores como Homer Lea e Sax Rohmer impregnaram, no imaginário popular, visões do que seria o ‘perigo amarelo’, Lea afirmava que, se os EUA não recuperassem sua paixão militar e o senso de propósito, o Japão iria dominar militar e industrialmente o mundo, fazendo com que o Mikado⁸ seja o Mikado dos reis. Por outro lado, Rohmer começou a tratar de um medo muito maior: a possibilidade de uma união de raças contra os brancos (Dower, 1986).

Mesmo assim, a visão americana dos chineses não melhorou. Os chineses continuaram a enfrentar restrições legais à imigração, além de preconceito, xenofobia e tratamento injusto enquanto estavam nos Estados Unidos. Essa situação proporcionou ao Japão uma base para promover sua propaganda pan-asiática. Para evitar isso, os americanos iniciaram medidas para acabar com essa política de exclusão dos chineses, já que sua continuidade poderia levar a uma aliança entre China e Japão, concretizando, assim, o medo da união das raças amarelas contra brancos. Além disso, não havia garantia de que os nacionalistas de Chiang Kai-shek pudessem resistir aos japoneses com a mesma eficácia que haviam demonstrado anteriormente e, caso a China abandonasse os Aliados, as consequências seriam desastrosas (Dower, 1986).

Posto isso, em 1931, o Japão já havia tomado controle da Manchúria. Em 1937, o Incidente da Ponte Marco Polo serviu como o estopim para a Segunda Guerra Sino-Japonesa, o conflito que iniciou o lado da Segunda Guerra conhecido como Guerra do Pacífico. Esse incidente fez com que as duas frentes de uma guerra civil na China, os nacionalistas de Chiang e comunistas de Mao, interrompessem o conflito para unirem-se contra os japoneses (Britannica). Duas músicas populares desse período demonstram claramente o sentimento japonês, a primeira é chamada “Flowers of Patriotism” de 1938 e descreve as grandezas japonesas, comparando-as a flores, como citadas por Dower (1986); a segunda é de 1937 e se chama “Patriot March”, a qual, além de honrar a glória e

e orgulho japoneses, chama aliados com o intuito de tornar o mundo sua casa e florir nosso ideal, como uma flor.

Por isso, é previsível quando Gruhl (2007) descreve que os japoneses estavam confiantes na vitória. Porém, a resistência e o nacionalismo chineses se mostraram mais difíceis de derrotar do que o exército japonês previa, o que gerou em uma frustração que muitas vezes se transformou em bestialidade contra os chineses. Ele complementa dizendo que essa Guerra Sino-Japonesa foi muito mais violenta do que muitos americanos imaginam, chegando a comparar suas batalhas com as vividas na história europeia e dizendo que as batalhas na China foram maiores e mais violentas que as batalhas lutadas pelos Estados Unidos na Guerra do Pacífico.

Apesar da resistência chinesa considerável e memorável, os japoneses continuaram avançando e conquistando territórios, como a cidade de Shanghai (a qual foi atacada e, mediante o repressão internacional, o Japão se retira da Liga das Nações), em direção à capital da época, Nanquim.

É sabido que, quando os japoneses chegam à capital, ocorreu o, como ficou conhecido, Estupro ou Massacre de Nanking. Chang (2011) apresenta, por meio de depoimentos, alguns motivos pelos quais as ações japonesas foram tão violentas em Nanking. Um dos depoimentos é do veterano de guerra japonês Azuma Shiro, que, em um documentário, relatou que as mulheres foram as que mais sofreram durante o Massacre de Nanking. Quando perguntado sobre a prática de estuprar e matar, respondeu que *“Perhaps when we were raping her, we looked at her as a woman”,* escreveu Azuma, *‘but when we killed her, we just thought of her as something like a pig’* narrou Chang (2011, p. 50).

Ainda sobre o Massacre de Nanking, Chang (2011) chama a atenção no início de seu livro sobre a ignorância da população geral sobre o que se passou na cidade em 1937. Em contrapartida, é notável a presença de filmes sobre esse período, como “O Massacre de Nanquim” de 2009, dirigido pelo diretor chinês Lu Chuan, e o filme *“Hundred Regiments Offensive”* de 2015, também dirigido por dois diretores chineses, Haiqiang Ning e Yuzhong Zhang - esse segundo tratando de uma das vezes que o lado chinês, em especial as forças do Partido Comunista, fizeram uma investida bem sucedida contra o império japonês.

Essa resistência chinesa, que durou de 1931 a 1945, é muito relevante para o contexto mundial, sobretudo para as potências ocidentais, que, como comentado,

temiam que a tomada da China pelos japoneses significaria o começo de uma ascensão asiática contra o ocidente.

Apesar disso, como descreve Mitter (2013, p. 6): “*For over four years, until Pearl Harbor, China fought the Japanese practically alone*”. Ou seja, mesmo que os Estados Unidos se mostrassem contra os japoneses desde o princípio, tomavam uma atitude não neutra, mas hesitante em partir para a guerra. Em 1938, o presidente Franklin D. Roosevelt pressionou moralmente as companhias americanas a parar de vender aeronaves, bombas, armamentos, etc. para o Japão. Em 1939, mediante avanços navais japoneses, foi ameaçado o corte do comércio entre EUA e Japão. Somente em 1941, meses antes de Pearl Harbor, que foi mandado o chefe da missão militar da China a Chongqing para tratar da possível entrada da China em uma aliança contra o Japão. E foi só nesse mesmo ano que os EUA implementaram o embargo de óleo ao Japão, mediante o avanço deste à Indochina (Gruhl, 2007).

Alguns meses depois, em 1941, o Japão lançou um ataque surpresa a Pearl Harbor. Esse ataque colocou os Estados Unidos de vez na Guerra do Pacífico. O confronto entre japoneses e americanos também segue *the patterns of race war* como vem sido visto até aqui. Dower (1986) ressalta a formação dos estereótipos racistas, tanto americanos quanto japoneses, para o uso em propaganda de guerra⁹, como sendo os japoneses macacos e os americanos, demônios. A animação “Tokio Jokio” de 1943, dirigida por Norman McCabe, também demonstra a visão racista que tinham os americanos dos japoneses. As propagandas de guerra, tanto do Japão em relação à China, quanto do Japão e Estados Unidos, são permeadas de representações racistas.

No fim, tanto a Guerra do Pacífico quanto a Segunda Guerra Sino-Japonesa encontram seu fim em 1945 após a destruição das cidades de Hiroshima e Nagasaki. A relação entre China e EUA também se alterou durante esse percurso. Barreiras migratórias foram retiradas como uma forma de responder aos aliados e os EUA também passaram a perceber novos mercados e oportunidades na China pós-guerra. Instaurou-se presente também um sentimento geral de que os americanos não estavam prontos para desistir da China e o debate moral que escritores como Snow e White incitaram com seus relatos sobre o sofrimento do povo chinês (Gruhl, 2007).

Por fim, Gruhl (2007) termina dizendo que a China foi o primeiro país a enfrentar agressões no período da Segunda Guerra, mas que, apesar de lutar uma guerra defensiva, não foi menos aliada dos EUA que a Europa. Ele observa que “*circumstances*

could have been far worse for the Western Allies had not China been holding down large, fighting, Japanese forces along with the supporting personnel and materials of war” (Gruhl, 2007, p. 62).

Portanto, é possível perceber, durante a Guerra do Pacífico e também durante as duas Guerras Sino-Japonesas, uma presença constante de racismo e xenofobia que pode alterar seus meios, mas mantém certos padrões, mesmo analisados em todas as suas diferentes ocorrências (China e Japão, China e EUA e EUA e Japão). Os motivos, claro, são diferentes, mas as atitudes são parecidas, o que, como comenta Dower (1986), demonstra o racismo durante a Segunda Guerra Mundial, e mais especificamente a Guerra do Pacífico, o qual não é somente, como mais comumente lembrado, o antissemitismo alemão.

A RELAÇÃO JAPÃO-COREIA (1910-1945)

As relações bilaterais entre o Japão e a Coreia nos séculos XIX e XX foram conturbadas, caracterizadas pelo imperialismo japonês, que projetou seus interesses sobre a Coreia por meio da hegemonia e da colonização. Destarte, para compreender os impactos das projeções imperialistas e colonialistas nipônicas sobre o país coreano, é necessário analisar as ocorrências do império japonês sobre o continente asiático.

Nesse sentido, vale apontar que o colonialismo e o imperialismo japonês sobre a Coreia só decorreu da vitória do Japão na Guerra Russo-Japonesa, conflito proveniente da ambição japonesa, após a modernização do país decorrente da restauração Meiji, haja vista que o Império Russo, bem como o Império Japonês, visava a uma maior influência no continente asiático. Logo, os interesses russos e nipônicos convergiram a um mesmo ponto: a busca de mercados na Ásia, como afirma Suzuki (2019). Diante de tal impasse, as nações idealizaram numerosas soluções diplomáticas por meio de acordos para superar o revés, mas sem êxito. Após sucessivos fracassos, o império japonês declarou guerra ao império russo, em 1904, conflito conhecido como a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905).

O conflito perdurou por um ano. Ademais, a Guerra Russo-Japonesa foi marcada pelos ataques surpresa do Japão a bases navais e militares estratégicos russos, estratégia que garantiu ao Império Japonês a vitória do conflito após a destruição da tropa naval russa na batalha de Tsushima pelos japoneses, além do nacionalismo e treinamentos

que moveram os soldados japoneses. A Rússia, diante disso, se rendeu assinando o Tratado Portsmouth, em 5 de setembro de 1905. Após a vitória sobre o Império Russo, a potência asiática obteve o direito sobre a Coreia, e, a partir desse marco, deu-se início a exploração da Coreia por parte do Japão. A ocupação japonesa no país começou efetivamente após o término do conflito com a Rússia e a retirada das tropas russas da região. A partir de então, o Estado nipônico começou a projetar-se sobre o Estado coreano por meio do controle das instituições públicas coreanas, ação escancarada no controle da diplomacia coreana pela jurisdição japonesa e na dissolução do exército coreano, designando agentes policiais para exercerem a função de oficiais do exército coreano. Os coreanos, à vista disso, rebelaram-se contra os japoneses por meio de revoltas populares e buscando apoio internacional, no entanto, essas tentativas foram contidas pelas forças japonesas e pela omissão das potências mundiais sobre o domínio da Coreia (Visentini; Pereira; Melchionna, 2004).

O imperador da Coreia, Gojong, posteriormente, foi obrigado a abdicar do trono em favor dos japoneses. Assim, em 1910, o Japão impôs ao país o Tratado de Anexação da Coreia cuja consequência foi a perda da independência coreana. De 1910 a 1945, os nipônicos controlaram a península coreana rigidamente, como afirma Rodrigues (2020), e promoveram mudanças significativas no país. Designaram generais e almirantes submissos ao imperador japonês para governar a Coreia. A nova gestão de militares privou os coreanos dos direitos de liberdade de expressão, imprensa e aglomeração. A educação privada foi abolida no país e a grade curricular da educação pública foi modificada pelo novo governo para tornar a Coreia mais semelhante ao Japão. Matérias de história da Coreia foram substituídas por matérias de história do Japão, além do ensino de língua japonesa como primeiro idioma ser obrigatório nas instituições de ensino. Dessa maneira, o império pretendia dissolver a cultura da Coreia pretendia ser dissolvida pelo império, como afirma Brites (2020, p. 17):

Durante este período, diversas medidas do governo nipônico visaram aos poucos eliminar a identidade coreana e promoveram a ideia de que o povo da península devia paulatinamente adotar os costumes, a língua e a cultura japonesa. Assim, diversas medidas que datam de 1907 a 1940 impunham censura e impedimento a publicação de jornais e livros locais, cuja propriedade fosse de um coreano. Foram implementadas escolas japonesas, no intuito de promover a formação do “cidadão imperial”.

Além da tentativa de apagamento da cultura coreana pelos nipônicos, foram

promovidas reformas financeiras e monetárias na Coreia, objetivando a imposição dos valores do império japonês à população coreana. Mudanças nas redes de transporte também foram realizadas, almejando a locomoção das tropas japonesas no território coreano. É importante apontar que os coreanos tiveram suas terras expropriadas e vendidas por um valor abaixo ao de mercado para japoneses. Isso evidencia de forma explícita o caráter colonialista do Japão neste período.

Faz-se relevante abordar a violência que os coreanos foram submetidos durante a gestão colonial. Dessa forma, enquanto a Coreia era um território japonês, os abusos e as violações contra a população eram recorrentes, como demonstram Visentini, Pereira e Melchionna (2004, p. 17) no seguinte trecho:

[...] os coreanos sofreram ainda mais os efeitos da dominação japonesa, com exploração econômica, recrutamento e emigração forçados de mão de obra, perseguição política, obrigação de servir no exército como força auxiliar e o fenômeno das Mulheres de Prazer (Comfort Women), obrigadas a se prostituir e acompanhar os oficiais japoneses.

A dominação da Coreia pelo Japão, tendo em vista os Direitos Humanos, caracteriza-se como um caso cabível de análises. Nesse sentido, a Declaração dos Direitos Humanos foi publicada após a Segunda Guerra Mundial, cujo objetivo é a defesa da igualdade e dignidade, assegurando direitos básicos a toda humanidade, além de promover o espírito de fraternidade e reconhecer a liberdade de todos os cidadãos, indo de encontro a todo tipo de opressão e discriminação. No entanto, apesar da publicação de cartilhas que asseguram os Direitos Humanos, concomitantemente a atuação de organizações e órgãos internacionais para esse propósito, a garantia desses princípios pode não ser realizada de forma eficaz e plena, sobretudo, em cenários de conflitos. Destarte, analisando a conduta do Império Nipônico na Segunda Guerra Mundial, pode-se perceber que o país conduziu uma série de ações que violaram os princípios dos Direitos Humanos, executando experimentos humanos, violações sexuais contra mulheres e relatos de trabalho forçado, não apenas na Coreia, mas em vários países asiáticos (Nam, 2018).

Um dos crimes que mais chamaram a atenção da comunidade internacional durante a Segunda Guerra Mundial foram as violências sexuais cometidas por soldados japoneses. O Japão imperialista, assim como a Alemanha nazista, defendia a ideia de que a etnia de seu povo era pura e que deveria ser protegida, não podendo haver

miscigenação entre os nipônicos e outras etnias. No entanto, durante esse período, crimes sexuais¹⁰ eram cometidos pelos exércitos nipônicos contra mulheres de outros países asiáticos, constando-se, portanto, um paradoxo nesse contexto. Essas mulheres foram denominadas como “mulheres de conforto” com o intuito de disfarçar as atividades sexuais forçadas e não consentidas que essas moças eram submetidas a realizar (Nam, 2018).

No âmbito econômico, ainda, a economia e a indústria coreana eram altamente dependentes do Japão (Visentini; Pereira; Melchionna, 2004), uma vez que o império nipônico explorava os recursos na Coreia e os enviava para as indústrias japonesas para serem industrializados. Anteriormente, os produtos industrializados eram repassados, de forma desigual, para a população da colônia, pois só pessoas com poder aquisitivo podiam adquirir os produtos produzidos na metrópole. O quadro mudou quando o Japão por meio do relaxamento das políticas de controle industrial, promovendo a inauguração de novas indústrias e de transportes ferroviários, marítimos e rodoviários no país, mas a Coreia ainda era subjugada pelo império.

Imersos em um cenário de subjugação, dominação, exploração, constantes violações de direitos, os coreanos promoveram movimentos anti-nipônicos. No dia 1º de março de 1919, “[...] foi lida uma Declaração de Independência numa manifestação que contou com uma forte onda de cerca de 2 milhões de estudantes e cidadãos que tomaram as ruas exigindo a sua liberdade e a independência” (Rodrigues, 2020, p. 12). Contudo, obedecendo ordens das autoridades japonesas, as tropas militares contiveram, agindo com extrema violência, as manifestações pacíficas. Paralelamente a esse ato, ainda em 1919, foi fundado em Xangai um partido coreano de oposição à ocupação japonesa na Coreia, portanto, constituindo uma aliança entre líderes políticos chineses e coreanos contra os nipônicos que elegeram Syngman Rhee como presidente da Coreia. Nesse período, a imprensa passou a ter mais liberdade e a opressão diminuiu, mas o país na península coreana continuava sob o regime colonial japonês. No âmbito intelectual e artísticos, surgiram movimentos que incentivaram a criação de uma identidade nacional e cultural coreanos por intermédio da criação de canais de publicação de revistas e diários, a saber: *DongA Ilbo* e o *ChonSun Ilbo*, períodos que abordaram a construção de uma identidade nacional e valores democráticos. Além do mais, poemas e novelas que ressaltaram a cultura coreana começaram a ser produzidos (Rodrigues, 2020).

A ocorrência de manifestações contra o domínio e a discriminação do Império

Japoneses aumentaram na Coreia. Como afirma Rodrigues (2020), as autoridades nipônicas aumentaram a opressão militar na nação. Era uma clara tentativa de recuperar o domínio sobre os coreanos por meio, por exemplo, da censura de manifestações artísticas que promoviam o nacionalismo e o patriotismo coreano, como é explicitado no seguinte trecho:

[...] o Japão fez tentativas de extinguir a Coreia como nação: sociedades acadêmicas dedicadas aos estudos coreanos foram extintas, a publicação de jornais, revistas e livros foi proibida, coreanos foram obrigados a cumprir rituais de adoração em santuários Shintô e também foram forçados a trocar seus nomes por opções de origem japonesa (Rodrigues, 2020, p. 14).

Em 1941, o Exército de Restauração Coreano, em conjunto com o governo provisório coreano, declararam guerra contra o Japão. Em 1945, o exército japonês se rendeu. Dessa forma, a oposição coreana vencedora no conflito. É relevante, no entanto, apontar a ação de tropas norte-americanas e soviéticas nesse processo, uma vez que, em regiões ao Sul da Coreia, os Estados Unidos juntaram-se aos coreanos no combate contra os japoneses, reconhecendo a independência coreana em um cenário de Segunda Guerra em uma tentativa de derrotar o Império japonês, país aliado da Alemanha Nazista e da Itália Fascista que, juntos, constituíram o Eixo, bloco de países que eram inimigos dos Aliados, e a União Soviética, apoiando o processo de independência dos coreanos, ocuparam o norte da Coreia em uma tentativa de conquistar a Manchúria. Quando o Japão se rendeu, teve que reconhecer a derrota, no Sul, para os americanos e, no norte, para os soviéticos. Em decorrência da ocupação desses dois países com ideologias contrárias no território da Coreia, a península coreana foi dividida em Sul e Norte no Paralelo 38¹¹. Assim, foram constituídos dois países: Coreia do Sul e Coreia do Norte (Rodrigues, 2020).

Mesmo após o período de colonização das Coreias pelo Japão, a relação entre esses países permanece fragilizada. Para compreender esse fenômeno, faz-se essencial abordar os acontecimentos históricos após a Guerra Fria. Nesse sentido, nos períodos posteriores ao conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética, o recuo desses países na Ásia, sobretudo da União Soviética, abriu espaço para que as nações asiáticas acendessem economicamente. Desta forma, a Coreia do Sul promoveu uma série de políticas econômicas que a inseriu no mercado internacional e a transformou em uma potência industrial, instituindo um pesado investimento em capital humano e físico, industrialização, abertura de mercado, políticas fiscais e monetárias.

Contudo, a rápida industrialização acarretou aos coreanos impasses econômicos com o Japão, uma vez que o país nipônico também busca por mercados no continente

asiático, apresentando-se com o Estado japonês impondo restrições de exportação à Coreia, pois o país coreano precisa de insumos oriundos do território nipônicos para produzir seus produtos, e a justificativa do Japão é a desconfiança da utilização desses insumos pela Coreia. Para os coreanos, essa restrição, por sua vez, remonta à atuação do Império Japonês no país e aos discursos de superioridade e pureza japonesa. É necessário abordar que há discussões acerca de indenizações para a Coreia devido às condições que a população coreana foi exposta durante a colonização nipônica, a saber: exploração do trabalho, exploração sexual de mulheres, violações contra a liberdade.

Em 1941, o Exército de Restauração Coreano, em conjunto com o governo provisório coreano, declararam guerra contra o Japão. Em 1945, o exército japonês se rendeu. Dessa forma, a oposição coreana vencedora no conflito. É relevante, no entanto, apontar a ação de tropas norte-americanas e soviéticas nesse processo, uma vez que, em regiões ao Sul da Coreia, os Estados Unidos juntaram-se aos coreanos no combate contra os japoneses, reconhecendo a independência coreana em um cenário de Segunda Guerra em uma tentativa de derrotar o Império japonês, país aliado da Alemanha Nazista e da Itália Fascista que, juntos, constituíram o Eixo, bloco de países que eram inimigos dos Aliados, e a União Soviética, apoiando o processo de independência dos coreanos, ocuparam o norte da Coreia em uma tentativa de conquistar a Manchúria. Quando o Japão se rendeu, teve que reconhecer a derrota, no Sul, para os americanos e, no norte, para os soviéticos. Em decorrência da ocupação desses dois países com ideologias contrárias no território da Coreia, a península coreana foi dividida em Sul e Norte no Paralelo 38¹¹. Assim, foram constituídos dois países: Coreia do Sul e Coreia do Norte (Rodrigues, 2020).

Mesmo após o período de colonização das Coreias pelo Japão, a relação entre esses países permanece fragilizada. Para compreender esse fenômeno, faz-se essencial abordar os acontecimentos históricos após a Guerra Fria. Nesse sentido, nos períodos posteriores ao conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética, o recuo desses países na Ásia, sobretudo da União Soviética, abriu espaço para que as nações asiáticas acendessem economicamente. Desta forma, a Coreia do Sul promoveu uma série de políticas econômicas que a inseriu no mercado internacional e a transformou em uma potência industrial, instituindo um pesado investimento em capital humano e físico, industrialização, abertura de mercado, políticas fiscais e monetárias.

Contudo, a rápida industrialização acarretou aos coreanos impasses econômicos com o Japão, uma vez que o país nipônico também busca por mercados no continente

asiático, apresentando-se com o Estado japonês impondo restrições de exportação à Coreia, pois o país coreano precisa de insumos oriundos do território nipônicos para produzir seus produtos, e a justificativa do Japão é a desconfiança da utilização desses insumos pela Coreia. Para os coreanos, essa restrição, por sua vez, remonta à atuação do Império Japonês no país e aos discursos de superioridade e pureza japonesa. É necessário abordar que há discussões acerca de indenizações para a Coreia devido às condições que a população coreana foi exposta durante a colonização nipônica, a saber: exploração do trabalho, exploração sexual de mulheres, violações contra a liberdade e subjugação dos coreanos. Entretanto, o Japão se recusa a realizar o pagamento pela reparação histórica, apesar do país reconhecer algumas das atrocidades cometidas contra os coreanos, expressando, por exemplo, pedidos de desculpas pela Declaração de Kono (Prado; Marques; Gonçalves, 2020).

É oportuno citar que a relação entre a Coreia do Norte e o Japão é marcada por conflitos históricos e questões de segurança, principalmente por causa do programa nuclear e de mísseis norte-coreano, que representa uma grande inquietação para o Japão. Ademais, o rapto de japoneses pela Coreia do Norte durante as décadas de 1970 e 1980 ainda é uma questão delicada. Apesar das constantes tentativas de diálogo, principalmente mediadas por terceiros, como os Estados Unidos, essas discussões raramente levam a progressos, devido à persistência do regime norte-coreano em manter seu programa nuclear e à demanda do Japão para solucionar os casos de reféns. Em grande parte, isso se deve ao isolamento da Coreia do Norte e às sanções internacionais impostas.

É importante destacar que os coreanos hodiernamente produzem obras sobre o período de colonização japonesa. Nelas, são explicitadas todas as violações e violência que a população da Coreia foi submetida pelos japoneses. No âmbito cinematográfico, por exemplo, existem obras que retratam os horrores da colonização nipônica. “My Way”, por exemplo, retrata a história de dois meninos, um coreano e um japonês, que foram condicionados a crescerem se odiando por quererem se tornar atletas olímpicos. Contudo, com o início da Segunda Guerra Mundial os dois precisam unir forças para sobreviverem. A obra “A Era da Escuridão” retrata a história de coreanos que lutaram contra os militares japoneses, resistindo e reagindo a toda violência que o Japão cometeu contra a Coreia. E, por fim, a obra “Assassinato” expõe a narrativa da conspiração em matar o governador Kang In Guk, aliado dos japonese (Brites, 2020).

Esses exemplos são algumas das obras que abordam a ocupação japonesa na Coreia, expondo toda a exploração e violência que os coreanos foram expostos. Ademais, como já abordado, as artes estiveram no cerne dos movimentos nacionalistas e patriotas coreanos que possuíam o intuito de promover manifestações contra o regime nipônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo da perspectiva artística do racismo e da xenofobias, presentes na Guerra do Pacífico, e das ideias dos autores citados, é notável que o impacto japonês na China e na Coreia não se limita somente à dominação militar e que o imperialismo japonês como um todo foi um reflexo de um conflito de imagens e representações dos atores envolvidos, sejam elas representações estereotipadas, feitas com o intuito de menosprezar e intimidar a outra nação, ou até como meio de imposição e aceitação nacional e internacional.

A conduta nipônica diante da China e Coreia, por exemplo, foi uma reação proveniente dos avanços ocidentais sobre o continente asiático. Tendo que, para os japoneses, esses avanços eram uma ameaça à integridade e à soberania territorial e cultural do Japão. Pode-se afirmar também que esta conduta foi motivada pelas idealizações de modernização oriundas da Restauração Meiji, uma vez que, para sustentar as mudanças industriais, o país necessitou expandir sua influência por meio do imperialismo e do colonialismo.

A ocupação na China se deu por meio da vitória nipônica sobre os chineses no conflito denominado Guerras Sino-Japonesas que consistiu em duas batalhas pela posse de algumas províncias chinesas. Em decorrência da vitória japonesa, haja vista os infortúnios políticos que a China passava durante o conflito, o país invadiu a China e promoveu uma onda de violências e violações contra a população chinesa.

A ocupação na Coreia também aconteceu por meio de um parecido *modus operandi*, uma vez que o Japão só invadiu a Coreia após a vitória sobre a Rússia, que também buscava influência na Ásia, devido a um déficit econômico e industrial entre estes dois países. Após o êxito, o Japão anexou a Coreia e promoveu uma severa opressão contra os coreanos para garantir sua hegemonia local, depois de subjugar o povo da Coreia.

É explícito, desse modo, que o Japão operou o Imperialismo, nos moldes europeus, sobre a Ásia para mudar a ordem internacional, tornando-se, para isso, uma potência

asiática que iniciou sua campanha de conquista em decorrência de ameaças ocidentais.

Com relação à Coreia do Sul, o Japão fez um pedido formal de desculpas à Coreia do Sul por seus abusos durante o período de ocupação colonial (1910-1945) pela primeira vez em 1995, e novamente em 2001, com um reconhecimento explícito do sofrimento causado aos coreanos, incluindo o uso de "mulheres de conforto" e trabalho forçado. Embora o pedido de desculpas tenha sido aceito, as relações bilaterais ainda são afetadas por questões não resolvidas, como a disputa territorial sobre as ilhas Dokdo/Takeshima e a sensação de que o Japão não fez o suficiente em termos de reparações. Apesar disso, os dois países mantêm laços econômicos e, desde 1998, tentam melhorar as relações culturais e diplomáticas, embora o ressentimento popular ainda seja significativo.

Já com a Coreia do Norte, as relações entre o Japão e a Coreia do Norte são muito tensas, e o Japão nunca fez um pedido formal de desculpas. O principal ponto de conflito é a questão dos sequestrados japoneses pelas forças norte-coreanas nas décadas de 1970 e 1980, que o Japão exige que sejam devolvidos e esclarecidos. Além disso, o programa nuclear da Coreia do Norte e as ameaças à segurança do Japão impedem qualquer progresso significativo na reconciliação. Embora tenha havido algumas tentativas de diálogo, as tensões permanecem altas, e a falta de desculpas formais e a questão da segurança continuam a ser grandes obstáculos para uma normalização das relações.

Por fim, Japão também fez tentativas de reconciliação com a China, incluindo o pedido de desculpas do primeiro-ministro Tomiichi Murayama em 1995 e outros gestos de arrependimento pelos danos causados pela agressão japonesa na Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945) e os massacres, como o Massacre de Nanquim. No entanto, muitos chineses consideram que as desculpas foram insuficientes, especialmente em relação à falta de compensações ou uma discussão mais profunda sobre as atrocidades cometidas. Além disso, visitas de líderes japoneses ao Santuário Yasukuni, que homenageia criminosos de guerra, continuam sendo um ponto de discórdia, impedindo uma reconciliação plena e uma normalização das relações.

Além disso, também é possível concluir que tanto as ações japonesas durante a invasão de seus vizinhos continentais quanto as ações americanas a partir do seu envolvimento na Guerra do Pacífico são permeadas por ideais racistas e xenofóbicos. Ideais esses que são representados por meio da arte (de um modo geral e não participando de discussões sobre sua definição), como é perceptível em filmes, apresentações, músicas populares e, até, em propagandas de guerra e charges da época.

NOTAS

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: kira.popovy@gmail.com e/ou rika.1648.ucb@gmail.com.

² Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: rluisguilherme9@gmail.com.

³ “O shogunato foi a ditadura militar hereditária do Japão (1192-1867). Legalmente, o xogum respondia perante o imperador, mas, à medida que o Japão evoluiu para uma sociedade feudal, o controle dos militares tornou-se equivalente ao controle do país. O imperador permaneceu em seu palácio em Quioto principalmente como um símbolo do poder por trás do shogun.” (Britannica, 2023, tradução automática)

⁴ Choshu era um domínio extenso e poderoso, caracterizado por sua antipatia ao regime de xogunato e pela sua resistência histórica ao xogunato de Tokugawa, representando a primeira vez que um domínio desafiava com êxito as forças desse regime (Henshall, 2004).

⁵ No contexto do expansionismo pela Ásia, a missão japonesa começaria pela Manchúria, dada sua posição geográfica e sua capacidade de ser uma fonte de recursos minerais e alimentícios. Também, havia uma crença de que o controle da Manchúria era essencial para o comando unificado da Ásia pelos japoneses (Sakurai, 2007).

⁶ Dower (1986, p. 254) descreve quão comum era a tendência de os japoneses tentarem se diferenciar fisicamente das pessoas mais ‘escuras’ da Ásia. Um dos exemplos seriam xilogravuras retratando o fim da Primeira Guerra Sino-Japonesa no final do século XIX. Nelas, que tinham gráficos brilhantemente coloridos na reta final do uso de xilogravuras como reportagem (antes da disseminação das fotografias jornalísticas), os japoneses eram representados como caucasianos e os chineses como figuras estereotipadas.

⁷ A parte da chuva diz respeito a uma seca que estava se alastrando na China na época, tendo a frase o sentido de que, assim que a presença estrangeira se fosse, todos os problemas da China se resolveriam (Mitter, 2013).

⁸ Referência à ópera “*The Mikado*” de Gilbert e Sullivan, que foi explorada anteriormente neste trabalho

⁹ Algumas dessas propagandas, em especial as americanas e japonesas, podem ser vistas na obra de Dower, da página 218 à 245.

¹⁰ Crimes são ações que atentam contra a liberdade e a dignidade sexual de todo e qualquer indivíduo. Se enquadram nessas ações, estupro, assédio e importunação sexual, atos obscenos. Fonte:
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/quais-sao-os-tipos-de-crimes-sexuais-previstos-no-brasil/1642386524>.

¹¹ O Paralelo 38 é um linha que marca a fronteira entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte.

REFERÊNCIAS

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. **Formation of a rival southern government.** Encyclopedia Britannica, 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/China/Formation-of-a-rival-southern-government>. Acesso em: 10 de fev. 2024.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. **Shogunate.** Encyclopedia Britannica, 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/shogunate>. Acesso em: 21 de nov. 2024.

BRITES, Alessandra Scangarelli. **Imperialismo e Colonialismo:** A representação das relações intrínsecas e dúbias entre as elites japonesa e coreana através do cinema. In: BUENO, André; PARNOV, Edelson Costa; NASCIMENTO, Mateus Martins do; FERREIRA, Vanessa Costa (org.). Faces da Ásia. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/CEA-UFF, 2020. p. 13-23.

CHANG, Iris. **The Rape of Nanking:** The Forgotten Holocaust Of World War II. New York: Basic Book, Perseus Books Group, 2011.

DOWER, John W. **War Without Mercy:** Race and Power in the Pacific War. New York: Pantheon Books, 1986.. Disponível em: [file:///T:/Cloud/Kira/Cat%C3%B3lica/N%C3%BAcleos/NUPRI/_OceanofPDF.com_War_Without_Mercy_-_John_W_Dower%20\(1\).pdf](file:///T:/Cloud/Kira/Cat%C3%B3lica/N%C3%BAcleos/NUPRI/_OceanofPDF.com_War_Without_Mercy_-_John_W_Dower%20(1).pdf). Acesso em: 10 de nov. 2023.

GRUHL, Werner. **Imperial Japan's World War Two 1931-1945.** New York: Routledge, Taylor & Francis group, 2007.

HENSHALL, Kenneth. **História do Japão.** Ed 2. Lisboa: Edição 70 Lda, 2004.

MITTER, Rana. **China's War With Japan, 1937–1945: The Struggle For Survival.** Penguin Books Ltd, 2013.

MITTER, Rana. **Forgotten Ally:** China's World War II, 1937–1945. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

NAM, Sun Young. **As relações diplomáticas entre a Coreia do Sul e o Japão:** o caso das 'Mulheres de Conforto' da Coreia. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. Lisboa, p. 50 . 2018

BNARAOKA, Sochi. **Japan's Twenty-One Demands and Anglo-Japanese Relations**. In: BEST, Antony (Ed.). *Britain's Retreat from Empire in East Asia, 1905–80*. London: Routledge, 2017. p. 1–229. Disponível em: <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/22275>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NATIONAL ARMY MUSEUM. **The Boxer Rebellion. National Army Museum**. Disponível em: <https://www.nam.ac.uk/explore/boxer-rebellion>. Acesso em: 10 de fev. 2024.

PAINE, S.C.M. **The Sino-Japanese War of 1894-1895**: Perceptions, Power e Primacy. New York: Cambridge University Press (Digital Printing), 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=gLgz65bll7cC&oi=fnd&pg=PP1&dq=sino+japanese+war&ots=5inKeVvclm&sig=tYLNgs9uFsxmIRjFZv8bzUWsGCE#v=onepage&q=sino%20japanese%20war&f=false>. Acesso em: 10 de fev. 2024.

PRADO, D. F. L.; MARQUES, J. S.; GONÇALVES, O. R. O. D. **Japão e Coreia do Sul em disputa**: a importância sul-coreana no mercado de tecnologia e a origem colonial das rivalidades. *Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional*, v. 12, n. 23, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/97237/56203>. Acesso em: 18 mar. 2024

RODRIGUES, Nathalya, Pereira. **Coreia do Sul e Japão**: Um passado conflituoso nas políticas de cooperação para o GSOMIA. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, p. 22. 2018.

SAKURAI, Célia. **Os Japoneses**. São Paulo: Contexto, 2007.

SUZUKI, R. I. O. **Guerra Russo-Japonesa**. Monografia (Bacharel em Ciências Militares) - Curso de Graduação em Ciências Militares, Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro. Rezende, p.42, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5494/1/6286.pdf.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023

VISENTINI, P. F.; PEREIRA, A. D.; MELCHIONNA; H.H. **A Revolução Coreana**. Unesp, 2004. Disponível em: https://resistir.info/livros/a_revolucao_coreana.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

WHISTLER, Simon. **The Russo-Japanese War**: The War that Made Imperial Japan. YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ThWVD9e7aM8>. Acesso em: 10 de fev. 2024.

ECONOMIA CRIATIVA COMO INSTRUMENTO DIPLOMÁTICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Karine Cordeiro Monteiro¹

RESUMO

O presente artigo analisa a economia criativa como instrumento diplomático nas relações internacionais e política externa brasileira. A economia criativa ganhou foco devido a um potencial especial de geração de crescimento econômico nos setores que geram valor na criatividade, especialmente com a ascensão da importância das atividades baseadas em conhecimento. Além disso, a consolidação do papel da economia criativa na abordagem da desigualdade de gênero a nível nacional e internacional tem se tornado uma pauta prioritária, bem como, nas indústrias criativas, em especial no que diz respeito a salários. Ademais, a análise ressalta a inserção das indústrias criativas e diplomacia cultural nos projetos pautados no Ministério das Relações Exteriores permitindo que temas de assuntos políticos e econômicos se conectem entre si, criando fundamentos tangíveis, intangíveis e cooperações mútuas entre nações. Nesse sentido, a criatividade e a cultura tendem a se expandir nas políticas abordadas pelo Itamaraty e gerando maior possibilidades de internacionalização de corporações.

Palavras-chave: Economia Criativa; Diplomacia Cultural; Indústria Criativa; Desigualdade de Gênero.

ABSTRACT

This article analyzes the creative economy as a diplomatic tool in international relations and Brazilian foreign policy. The creative economy has gained focus due to a special potential for generating economic growth in sectors that generate value in creativity, especially with the rise in importance of knowledge-based activities. In addition, consolidating the role of the creative economy in addressing gender inequality at national and international level has become a priority agenda. As well as in the creative industries, especially with regard to salaries. In addition, the analysis highlights the inclusion of the creative industries and cultural diplomacy in the Ministry of Foreign Affairs' projects, allowing political and economic issues to be connected, creating tangible and intangible foundations and mutual cooperation between nations. In this sense, creativity and culture tend to expand in the policies addressed by Itamaraty and generate greater possibilities for the internationalization of corporations.

Keywords: Creative Economy; Cultural Diplomacy; Creative Industry; Gender Inequality.

INTRODUÇÃO

A economia criativa tem um papel crucial como instrumento diplomático nas relações internacionais e política externa brasileira. Nesse sentido, o Itamaraty tem se inteirado nesse meio econômico que envolve as cidades e indústrias criativas, a exportação e importação de bens e produtos, o empreendedorismo, os avanços ambientais, a criatividade e a cultura. É imprescindível os estudos dessa área e a análise sobre o tema nas instituições governamentais.

A diplomacia cultural é um instrumento que ajuda a fomentar a economia criativa no Brasil, pois possibilita que as atividades desenvolvidas pelas cidades e indústrias criativas se propaguem por meio das relações da política externa brasileira. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) tem desenvolvido pautas diplomáticas e projetos para novos acordos e desenvolvimento mútuo, que possibilita um novo cenário para o Brasil e suas relações com outras nações.

Outrossim, o conflito de gênero entre homens e mulheres ainda se perpetua no século XXI, contribuindo para desafios nos setores criativos para as mulheres que estão inseridas nas indústrias criativas e empreendedorismo criativo. Mesmo com todos esses obstáculos, as mulheres estão procurando aumentar sua participação no mercado de trabalho criativo nacional e internacional, o que traz resultados positivos para a economia.

Na primeira seção será tratado as diretrizes do tema com alguns conceitos. A segunda seção é dedicada à desigualdade de gênero na economia criativa com análise de dados e enfatizando o empreendedorismo. Na terceira seção será apresentada as relações internacionais e a política externa dentro da temática com teorias e declarações de autoridade políticas. Por fim, a diplomacia cultural como estratégia diplomática na esfera das relações internacionais e da política externa brasileira.

ECONOMIA CRIATIVA E SUAS DIRETRIZES

Na condição de uma disciplina científica, a economia é bem recente. Tornou-se costumeiro datar seu início com a publicação do livro “A Riqueza das Nações”, de Adam Smith, em 1776 (Coutinho, 1993). É claro que isto não quer dizer que anteriormente não tenha existido algum tipo de reflexão sobre os assuntos econômicos. O termo economia

se originou da palavra grega *oikonomos* (*oikos*, casa ou família, e *nomos*, lei), e significava a arte de administrar uma casa ou um Estado (Vasconcelos; Garcia, 2004). O conceito de economia é importante para todos os âmbitos, que diz respeito ao aumento do consumo e produção de bens e serviços.

Com a Globalização vêm acontecendo várias mudanças na sociedade contemporânea. Assim, com o passar dos anos têm ocorrido avanços em diversas áreas econômicas, levando ao aumento dos níveis de consumo, aumento da quantidade de produtos disponíveis, maiores investimentos em tecnologia e comunicação, crescimento das indústrias criativas, empreendedorismo, cultura, exportações e importações, políticas públicas, internacionalização de empresas, igualdade de gênero, dentre outros. Por conseguinte, a economia tradicional tem o foco em manufatura, agricultura e comércio. Por outro lado, a economia criativa traz uma nova vertente e coloca como pilares a criatividade, a inovação, o talento, a sustentabilidade e a cultura.

O tema dos setores criativos ganhou foco no final da década de 1990, após sua ampla adoção nas políticas públicas do Reino Unido. A lógica do governo britânico é que existe um potencial especial de geração de crescimento econômico nos setores que geram valor pela criatividade, especialmente com a ascensão da importância das atividades baseadas em conhecimento. Em virtude de seu pioneirismo nessa discussão, o governo britânico também foi o primeiro a delimitar quais eram os setores criativos, por meio do seu Departamento de Cultura, Mídia e Esporte (DCMS, na sigla em inglês) no governo britânico (Itaú Cultura, 2023).

Com o passar dos anos e com o aprofundamento dos estudos sobre o tema, o DCMS sofisticou o seu modelo de classificação, adotando a metodologia da intensidade criativa — uma nova forma de determinar setores que tem como base resultados empíricos (Itaú Cultura, 2023). Uma das primeiras obras que surgiu sobre o tema foi a do professor John Howkins, conhecido como um dos maiores especialistas e autor do livro *The Creative Economy: How People Make Money from Ideas* (2001), na qual inaugurou e difundiu o conceito, acreditando que a economia criativa está atrelada na produção de bens tangíveis e intangíveis, e que um empreendedor “explora o valor econômico de sua própria imaginação” nesse domínio comercial. Com foco no conhecimento intelectual, artístico ou cultural com o resultado fortalece a criatividade e traz valor para a sociedade.

Uma outra análise que é bastante relevante e sobre conceito de indústria criativa surgiu na Austrália em 1994 quando em um discurso chamado *Creative Nation*, o

Primeiro Ministro australiano Paul Keating preocupava-se em como aproveitar as oportunidades geradas pela globalização e pelas mídias digitais como forma de potencializar a economia do país e contribuir para o desenvolvimento da nação a partir de sua identidade cultural, e deste pressuposto lançou um conjunto de políticas públicas baseadas na produção cultural e artística (Neto, 2016).

Embora a Indústria seja um fato importante, a economia criativa tem um conceito mais amplo. Isso se obteve pelo uso de ideias e da criatividade passar a ter um lugar essencial na economia do país, sendo elementos indispensáveis na produção de mercadorias, bens e serviços. Como a criatividade é um ponto primordial, a economia criativa é uma opção viável para promover estratégias de desenvolvimentos nos setores criativos. É um sistema econômico revolucionário em que tange a criação de emprego, igualdade de gênero, geração de renda, exportações e novas possibilidades para a política externa brasileira com outros países. A criatividade é usar uma ideia para gerar outra ideia (Howkins, 2001).

A economia criativa é exponencial, não se restringindo a produtos, serviços ou tecnologia. Engloba processos, modelos de negócios, modelos de governança e competência. Nesse sentido, faz-se uma sinergia com outras áreas do conhecimento, especialmente a economia e a gestão, e não somente com o campo da cultura. Assim, seus impactos positivos e enormes potencialidades têm feito com que a comunidade internacional se envolva nos projetos das indústrias criativas atreladas com a política externa brasileira e as cidades inteligentes.

O desenvolvimento sustentável dá maior ênfase na economia criativa, o que atrai mais empreendedorismo, e torna-se relevante no avanço da política externa do país, pois empresas que priorizam a sustentabilidade ganham mais espaço no mercado mundial. Nesse sentido, contribuindo com o consumo consciente. Ademais, as cidades criativas e empresas têm trabalhado com produtos e serviços cuja matéria-prima são a criatividade, o conhecimento, a inovação e a cultura. Esses recursos que focam na economia criativa não se esgotam. Nesse contexto, a criatividade se multiplica e se expande cada vez mais, por isso mais abordagens políticas estão pontuando dessa forma econômica. Diante desse cenário, essa abordagem de negócios é conectada ao desenvolvimento sustentável. A atuação da economia criativa como agente de recuperação e regeneração urbanas traz benefícios que vão além da geração de impostos, empregos, comércio e incorporam a elevação da autoestima local (Reis, 2006). Em uma cidade criativa, a

criatividade se relaciona não apenas à atração de talentos ou ao fortalecimento do potencial inovador de empresas, mas à aplicação de inovações sociais em áreas como saúde, serviços sociais, governança e meio ambiente (Chantelot et al., 2011, p.79).

No que tange esse sistema econômico temos as cidades criativas que se desenvolvem por meio de políticas públicas e investimento econômicos dos espaços urbanos, no qual tende a articulação entre atividades sociais juntamente com a indústria cultural e o governo produzindo uma movimentação no desenvolvimento dos indivíduos, que atrai e retém talentos artísticos e criativos e turismo, fomentando a economia interna da cidade.

Essa inovação econômica tem quatro diretrizes norteadoras, no que tange à formulação das políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis. A primeira é a diversidade cultural que a força e o potencial de crescimento se originam da valorização regional, proteger e promover a diversidade das expressões culturais. Depois a inclusão social por meio de formação e qualidade profissional e da geração de oportunidade de trabalho, renda e empreendimentos criativos da população em situação de vulnerabilidade. Também temos o desenvolvimento de territórios e de seus habitantes promovendo a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica. E por fim, a inovação que fomenta práticas de inovação em todos os setores criativos, em especial naqueles cujos produtos são frutos da integração entre novas tecnologias e conteúdos culturais.

Os setores que se beneficiam com a economia criativa são diversos e tendem a crescer tanto no cenário nacional quanto no cenário internacional, chamando atenção da política externa brasileira e do Itamaraty. Portanto, os setores são de consumo, cultura, mídia e tecnologia, com as áreas em destaque, na publicidade e propaganda, arquitetura, design, moda, artesanato, gastronomia, arte cênica, música, editorial, audiovisual, biotecnologia e desenvolvimento de softwares e robótica. Os trabalhadores que fazem parte desses setores são aqueles que geram novidades e uma gama de conhecimento daquela área para o desenvolvimento de um produto ou serviço entendendo a demanda e as preferências simbólicas de diferentes nichos de mercado e adaptando suas tarefas de acordo com tais necessidades de diferenciação. A priori, essas funções não podem ser robotizadas, mas com base na análise das diretrizes tecnológicas e com criação de novas tecnologias – como a inteligência artificial e o site GPT² – vem substituindo alguns postos de trabalho baseados em conhecimento.

Uma análise feita pelo Itaú Cultura em 2023, mostra um panorama geral e setorial da economia criativa no Brasil, na qual, a economia criativa registrou um aumento de 2% (equivalente a 123 mil postos de trabalho) em seu nível de emprego em comparação com o primeiro trimestre de 2022, o que indica relativa estabilidade após um período de leves oscilações trimestrais e apesar da recente queda no nível total em relação ao último trimestre de 2022. É importante destacar que os trabalhadores especializados dos agrupamentos de cultura e tecnologia foram os que apresentaram maior aumento no número de empregos durante esse último período. Houve um aumento de 8% (59.494) nos postos de trabalho para os especializados da Cultura e um aumento de 17% (106.898) para os especializados da Tecnologia. Por outro lado, as maiores reduções no número de postos de trabalho foram observadas entre os trabalhadores especializados do Consumo, com uma queda de 48% (49.685), seguidos pelos trabalhadores incorporados, com uma queda de 1% (20.264) (Itaú Cultura, 2023).

As novas tecnologias estão impactando cada vez mais a rotina e trabalho das pessoas e podem ser uma aposta transformadora para os pequenos negócios, microempreendedores e todos que atuam nesse setor. Essa pesquisa reforça o quanto se deve a atenção para dos postos de trabalho e trabalhadores criativos, pois é notório o avanço e o quanto pode ser relevante para as relações diplomáticas, fomento da economia, desenvolvimento de renda, políticas públicas, dentre outros.

O desenvolvimento econômico se faz através do aumento do consumo de bens e serviços. Nesse sentido, o crescimento corporativo deve ser acompanhado também na melhoria de indicadores do bem-estar dos consumidores. Isso se daria no aumento de produtividade dos fatores de produção. Isto é, por meio dos avanços tecnológicos, maior produção e menor uso de tempo e de trabalho. É por isso que o setor criativo tem menos taxa de regressão por ser uma nova tendência do mercado e geração de lucros.

Esse novo setor é para entender, engajar e ajudar os consumidores. Tudo baseado em produtos ou serviços desenvolvidos por ideias criativas. É considerada tendência mundial e uma grande oportunidade para muitas empresas e profissionais das indústrias criativas. Outrossim, a indústria criativa vem ganhando cada vez mais espaço dentro das empresas. Ela representa uma tendência alinhada às mudanças do mercado e à necessidade crescente de buscar novos meios para fazer negócios. Ademais, pequenas e grandes organizações começaram a buscar respostas fora de seus próprios setores. Assim, acabaram encontrando-as nos mercados criativos, como o entretenimento e a

publicidade de algumas lições para se adaptar à nova realidade.

Para as corporações obterem um crescimento significativo na economia, é viável sua adaptação de novas prioridades na globalização tecnológica, visto que o crescimento de consumo dos bens de produto e serviço está ligado aos meios de comunicação. Essas empresas precisam se integrar nos meios atuais para melhor atender seus consumidores de forma volátil, já que atende amplamente a necessidade do público daquela região. A economia criativa, fará com que a tecnologia esteja cada vez mais presente no nosso dia a dia. Esse sistema econômico é estreitamente ligado à economia do conhecimento, um motor chave do crescimento endógeno através do investimento em capital humano. Logo, pelo âmbito internacional essa indústria está cada vez mais presente nas convenções e debates em pautas desenvolvidas nas relações internacionais e política externa brasileira.

Segundo os dados avaliados pela Organização das Nações Unidas (ONU), nos últimos 15 anos, a economia criativa é um dos setores de crescimento mais rápido da economia mundial. Somado a isso, a organização também aponta para o poder transformador da geração de renda, empregos e exportações. A indústria criativa tornou-se uma força vital na aceleração do desenvolvimento humano. Isso porque os negócios orientados por ela capacitam as pessoas a assumir a responsabilidade por seu próprio desenvolvimento. Além disso, áreas criativas também estimulam a inovação que pode impulsionar o crescimento sustentável inclusivo. Atuando nos setores de arquitetura, moda, artes visuais, games, músicas, design, gastronomia, literatura, turismo e relações internacionais.

As indústrias culturais e criativas contribuem significativamente para a economia mundial. O setor cultural responde por 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB) global – segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2022), enquanto este relatório estima que em 2020, bens e serviços criativos representaram 3 e 21% do total de mercadorias e exportações de serviços, respectivamente. Além disso, as indústrias culturais e criativas fornecem 6,2% de todos os empregos, gerando quase 50 milhões de postos de trabalho em todo o mundo, embora muitos deles sejam de curto prazo e mal remunerados. Eles empregam mais jovens (faixa etária de 15 a 29 anos) do que qualquer outro setor (UNESCO, 2022).

Em geral, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e

Desenvolvimento (UNCTAD), a criatividade pode ser dividida da seguinte forma: criatividade artística, que envolve imaginação e capacidade de gerar ideias originais e novas formas de interpretar o mundo, expresso em texto, som e imagem; criatividade científica, que envolve curiosidade e vontade de experimentar e fazer novas conexões na resolução de problemas; e criatividade econômica, que é um processo dinâmico que leva à inovação em tecnologia, negócios práticas, marketing, etc., e está intimamente associado ao conceito de “economia do conhecimento”, uma chave impulsionadora do crescimento endógeno através do investimento no capital humano (UNCTAD, 2010).

Um resultado dessa indústria é a Disney, que não vende somente um produto ou um serviço, mas experiência, uma transformação no seu segmento. Isso porque a Disney construiu sua marca a partir de uma peça central, suas narrativas únicas. Todos os produtos e serviços adicionais exercem o papel de envolver ainda mais o cliente em suas histórias. No plano original, os principais canais de divulgação são quatro negócios da organização: mídia teatral; mídia para assistir em casa (programas de televisão, música, quadrinhos, etc.); brinquedos e outros itens físicos; parques de diversão e experiências. Todavia, a inovação e criatividade incentiva o mercado a se inovar e reinventar constantemente. Explorando e criando novas soluções para atender as demandas de mercado.

A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA ECONOMIA CRIATIVA

Nos últimos anos, nota-se um reconhecimento crescente da importância da diversidade cultural numa perspectiva de gênero, o que levou a uma mudança no discurso em torno desta questão, tornando mais globalizada e politizada. Neste contexto, tem se tornado crescente o debate sobre as desigualdades de gênero na economia criativa. Bem como, nas indústrias criativas, em especial no que diz respeito a salários, as mulheres ainda recebem menos que os homens e exercem uma posição de coadjuvante nos setores criativos.

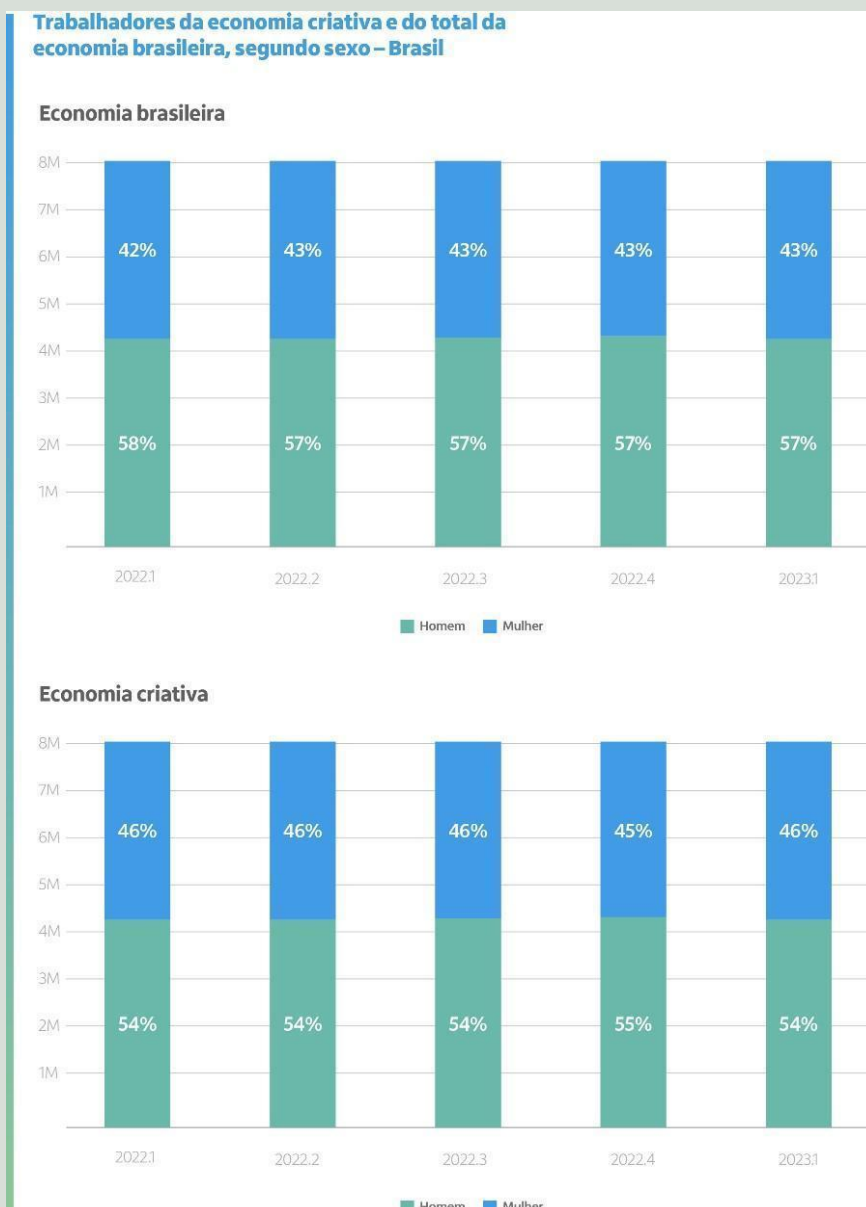
A economia criativa envolve os segmentos de carreira e empreendedorismo que buscam criar relações entre inovação, cultura, sustentabilidade e, principalmente, criatividade, sendo uma oportunidade latente para quem busca empreender no mercado atual. Os setores de atuação dessa economia têm sido o grande veículo de aproximação de remunerações entre mulheres e homens. No entanto, é importante

ressaltar que muitas das mulheres que empreendem na economia criativa não o fazem porque identificaram apenas uma oportunidade, mas também por necessidade. Pois, empreender na economia criativa torna-se um caminho possível para independência financeira e para alcançar seus objetivos através do seu próprio talento.

Por certo, a disparidade de gênero se torna visível ao se analisar a jornada que as mulheres no cotidiano, a participação das mulheres no setor criativo enfrenta barreiras perante as expectativas sociais, o conflito entre família e trabalho, a dupla jornada, a maternidade, as redes de trabalho informais e a falta de modelos e estruturas institucionais. As mulheres ficam numa situação de desvantagem por conta das divisões entre as funções domésticas e familiares e o trabalho nas indústrias criativas e das novas pressões em torno da formação de uma identidade autônoma e independente (Conor et al., 2015, p. 1).

A economia criativa revela desigualdades, tanto em termos de gênero quanto de raça, com salários mais baixos para mulheres e trabalhadores negros. O perfil dos trabalhadores é semelhante ao da economia brasileira, com maior participação masculina (Itaú Cultura, 2023).

Gráfico 1 - Trabalhadores da Economia Criativa e do Total da Economia Brasileira,
Segundo Sexo – Brasil



Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural (2023).

Esta análise é próxima ao total da economia brasileira, com uma maior participação masculina na composição da força de trabalho. Contudo, na economia criativa, a participação feminina é ligeiramente maior em relação ao total da economia brasileira.

Como resultado desse empoderamento econômico, as mulheres frequentemente encontram o caminho para o empoderamento social e político dentro de suas comunidades, visto que em comunidades ao redor do mundo, o valor cultural e os designs tradicionais têm sido protegidos e desenvolvidos pelas mulheres através de indústrias criativas (UNIDO, 2014). O status e a posição das mulheres na sociedade é determinante para o sucesso do desenvolvimento dos países e negligenciar a

participação feminina seria um desperdício de recursos humanos (Balasundaram et al., 2010).

O artigo 7º da Constituição Federal de 1988 proíbe a diferença salarial baseada no sexo, cor, idade ou estado civil e o artigo 5º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) garante salários iguais, independentes de gênero, para trabalhos de igual valor, mas isso ainda não é uma realidade no Brasil, tanto na economia criativa e como em diversos setores. Mesmo com todos esses obstáculos, as mulheres estão procurando dominar o mercado de trabalho criativo nacional e internacional, buscando se integrar em cursos e especializações para ter mais autoridade no seu nicho de atuação e expansão no empreendedorismo criativo.

No entanto, o comércio exterior, por exemplo, pode ser mais um caminho para acelerar a igualdade de gênero dentro da economia criativa. Corporações que fazem trocas comerciais a nível mundial tendem a ser mais produtivas, uma vez que a exportação leva à expansão do mercado, ao crescimento das vendas e à ascensão das novas tecnologias. Assim, as empresas que operam em mercados estrangeiros criam mais e geram melhores empregos. Por conseguinte, a inclusão das mulheres no comércio internacional pode trazer benefícios significativos para o setor criativo. Pois, a exportação leva à expansão do mercado e ao crescimento das vendas, induz a concorrência e a inovação e gera repercussões de conhecimento, enquanto a importação pode ajudar a reduzir custos e a aceder a melhores tecnologias (Máñez; Rochina-Barrachina; Sanchis, 2020).

Uma vez envolvidas na exportação, as empresas lideradas por mulheres fazem-no para um número de países semelhante ou maior do que as empresas lideradas por homens. 28% das empresas lideradas por mulheres e 20% das empresas lideradas por homens exportam para 11 ou mais países, enquanto 88% das empresas lideradas por mulheres e 84% das empresas lideradas por homens exportam para mais de um país. Isto sugere um papel específico para a política no sentido de ajudar as empresas lideradas por mulheres a superar as barreiras ao início da sua jornada de exportação, talvez até mais do que o apoio à expansão das operações (OECD 2023).

As empresas lideradas por mulheres estão pelo menos tão envolvidas on-line como as empresas lideradas por homens. As empresas lideradas por mulheres têm maior probabilidade do que as empresas lideradas por homens de serem ativas em plataformas digitais. Além disso, uma parcela maior das vendas das empresas lideradas

por mulheres é feita on-line, em comparação com as empresas lideradas por homens, mesmo quando se controlam outras características da empresa. As maiores participações nas vendas on-line para os exportadores também sublinham a importância das vendas digitais para o comércio internacional (OECD, 2023).

Sendo assim, a feminização³ dos setores criativos e do mercado internacional está se consolidando. Assim, as políticas que propagam as capacidades criativas das mulheres, ampliam a remuneração e o reconhecimento delas pelos seus trabalhos, assim como o engajamento nas atividades inovadoras, não seria suficiente para reduzir a desigualdade de gênero nesses setores produtivos. Portanto, seria benéfico efetuar uma análise mais abrangente e rigorosa das condições que promovem o crescimento do empreendedorismo criativo, que tem o potencial de redefinir as mulheres como uma figura central na economia criativa no mercado nacional e internacional.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A Política Externa Brasileira (PEB) atualmente é um campo de estudos e pesquisas bem consolidados dentro da grande disciplina das Relações Internacionais (RI). A política externa é definida como o modo que um Estado conduz suas relações com outros estados, ou seja, se projeta para o exterior. Ademais, se dá através de políticas públicas, com um conjunto definido de medidas, decisões e programas utilizados pelo governo de um país. Assim, ela não é sinônimo de relações internacionais, pois esta se refere a uma ampla escala. O objetivo das relações internacionais é o meio internacional, ou seja, o conjunto das relações entre países. Portanto, a política externa representa uma das áreas de relações internacionais, porém com uma ênfase maior no papel do Estado.

No entanto, não existe política externa sem uma política interna. Pois, um país não dará prosseguimento na política externa totalmente desconectada daquilo que ele precisa para a política interna do país. Nesse contexto, o país projeta-se para fora pensando nas políticas públicas, logo, os líderes dos governos não podem executar uma política externa além das suas capacidades, tendo em vista sua dimensão de poder. O país tem que ter compatibilidade com a quantidade de poder que o mesmo tem com as demandas e relações com outros países. Um exemplo, é não declarar guerra de forma irresponsável, sem ter dimensão dos riscos e prejuízos para todas as nações envolvidas.

Os estudos, análises e desenvolvimentos estratégicos da economia criativa têm entrado em pauta na agenda de diversas conferências internacionais, de inserção em outros países com empreendedorismo criativos e roda de negociações internacionais dentro das discussões iniciadas pelas Nações Unidas, com ênfase na UNESCO. Os setores que compõem as áreas da economia criativa variam de país para país devido ao foco e necessidades de cada nação e suas políticas externas, desenvolvimento, comércio e cultura.

A economia criativa dentro das teorias das Relações Internacionais se encontra no contexto de instrumento nas ideias construtivistas, dando ênfase no que se trata de iniciativas que podem fortalecer a identidade nacional, promover melhorias em questões sociais, e o que envolve o intangível. Do mesmo modo, esse sistema econômico pode ser a chave para a cooperação internacional, no que tange ao intercâmbio cultural, pois é importante que haja engajamento político na formulação de ação de política internacional.

Tendo em vista esse engajamento político projetado para outros países podemos analisar algumas medidas que foram declaradas no discurso do Presidente Lula (2022): “Cooperação econômica com países africanos, integração regional, retomada da confiança de investimentos estrangeiros, parcerias com Estados Unidos e União Europeia nos termos de um comércio mais justo, reivindicação de reforma do Conselho de Segurança da ONU com fim do direito de veto e combate à fome e à desigualdade no mundo”. É um posicionamento bastante significativo na atual política externa brasileira, e ainda mostra uma abertura favorável para a consolidação da economia criativa para essa integração e parceria entre as nações, pois, o setor criativo brasileiro pode contribuir positivamente com as novas alianças globais. Tendo em vista, as relações com o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), diálogo ativo com atores mundiais, integração sul-americana, as dimensões de políticas públicas ambientais e a cooperação com os países da África. Todas essas iniciativas refletem o alto engajamento do Brasil na retomada de uma política para uma África revigorada e adaptada aos termos atuais e as oportunidades que se apresentam (Rocha, 2023)⁴.

Por sua vez, estratégia de participação ativa em uma política externa que construa uma ampla frente internacional pode favorecer as relações internacionais do Brasil com outros países. Assim, surge a discussão acerca das cidades criativas que merecem uma exploração mais aprofundada, por ter despertado um interesse de diversas áreas no

urbanismo, sociólogos, econômicos e em uma sinergia com o conceito de economia criativa. O debate surge também como resposta a um processo de formação de espaços transnacionais dentro dos nacionais, sustentado pelas relações em rede e pelos fluxos econômicos e tecnológicos globais (Castells, 2000; Sassen, 2006). Ao fomentar essas cidades criativas e até mesmo as indústrias criativas surgem fatores como competitividade mundial, a agilidade e o desenvolvimento de ideias, talentos, inovação e resoluções de problemas da temática.

Ademais, a indústria criativa é um termo que se desenvolve nas relações internacionais e na política externa. Nas estratégias governamentais ela cria destaque por contribuir com a internacionalização de empresas se dando através de processo de ampliação da ação de uma corporação no mercado internacional, abrangendo a exportação e importação de produtos e a produção de bens e serviços em outro país. Por certo, essa estratégia se faz a respeito das trocas econômicas, políticas, culturais e políticas de relacionamento com outros países. Por mais que a expansão do empreendedorismo brasileiro, ainda esteja em construção e com desafios políticos, é possível através de uma boa articulação diplomática na política externa brasileira. Sendo assim, ela contribui como chave para a cooperação internacional, para o intercâmbio cultural e para a formação de soft power, ou poder brando, que para o Joseph Nye (2004) é um dos mais importantes poderes de influência da cultura americana, e que dá legitimidade às diversas ações da política externa dos EUA.

A princípio, a indústria criativa tem entrado em pauta na política externa de países como China, Austrália, Índia e África, os quais têm utilizado esse instrumento como forma de projeção internacional. Sobre o lema de desafios econômicos e comerciais na indústria criativa, os debates terão como objetivo a composição de uma agenda de negócios cada vez mais diversificada e ambiciosa com os países africanos (Rocha, 2023). Dando ênfase nas relações com a África, as diplomacias brasileira e africana acreditam que podem evoluir juntos nas questões econômicas, sociais e ambientais. O diálogo, o compartilhamento de experiências e a participação ativa de atores governamentais e não governamentais e da sociedade civil são ingredientes indissociáveis da política brasileira para a África (Rocha, 2023).

Tendo em vista os incentivos governamentais para a exportação cabe ressaltar a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) que atua para promover os produtos e serviços brasileiros no exterior e atrair investimentos

estrangeiros para setores da economia brasileira, desse modo, pode contribuir para as indústrias criativas se internacionalizarem, fomentar a economia criativa, impulsionar o empreendedorismo, a igualdade de gênero, gerar emprego e renda.

Com essas agências, o MRE pode consolidar o vínculo da economia criativa e as indústrias criativas como instrumento nas relações internacionais e política externa brasileira. No entanto, o Itamaraty tem buscado relações com outros países para o fomento da economia, ampliação do comércio internacional, desenvolvimento social e do meio ambiente. O Brasil e o continente africano têm a capacidade de potencializar crescimento econômico e desenvolvimento social com inovação tecnológica e preservação do meio ambiente (Rocha, 2023). Esse posicionamento da embaixadora, apesar de enfatizar o continente africano, tem o poder de abrir portas para que outros países desenvolvidos queiram lançar parcerias com o Brasil no setor criativo.

DIPLOMACIA CULTURAL

A diplomacia cultural é trabalhada como um instrumento de aproximação entre povos com perspectiva de abertura de mercados para a indústria cultural e estabelecimento de vínculos entre culturas e línguas. Além disso, a diplomacia cultural divulga a cultura e as artes do país no exterior e estimula a cooperação cultural e a difusão da língua portuguesa (MRE, 2019). Visto que o mundo vive em um constante processo de globalização, a diplomacia cultural vem tomando cada vez mais espaço, pois tem um intuito de garantir a paz e a estabilidade no mundo.

A função da diplomacia cultural tem em vista as relações de diferentes indivíduos, culturas, sociedade e estados, por meio do que as indústrias criativas atuam, como, atividades artísticas, musicais, linguísticas, educacionais e culturais de uma forma ampla. É necessário que o governo entenda a diplomacia cultural não como somente um instrumento, mas como também uma vertente estratégica para as atuações no meio internacional.

No entanto, a diplomacia cultural juntamente com a economia criativa se torna uma estratégia diplomática na esfera das relações internacionais e da política externa brasileira, pois consolidam a posição dos países no sistema e cooperações internacionais por ter a possibilidade de criação e implementação de projetos que difundem a cultura e

a criatividade que permitem o cunho no âmbito político, mercado, econômico e da cooperação.

A cultura aproxima os povos de todo o globo, possibilitando a difusão do mercado e das indústrias criativas. Ademais, permite que temas de assuntos políticos e econômicos se conectem entre si, criando fundamentos tangíveis e intangíveis e cooperações mútuas entre nações e ressaltando maior protagonismo no cenário internacional do patrimônio cultural. Outro tópico desta temática é a educação que é uma prática da diplomacia cultural, assim através dela o país pode expandir sua política externa no âmbito internacional, pois, a educação proporciona a expansão do pensamento crítico e da criatividade. Ademais, o Itamaraty contribui com a propagação da literatura brasileira, pois é um dos meios mais pontuados na diplomacia cultural no âmbito internacional estando presente nas pautas da diplomacia com a inclusão de obras nacionais no mercado estrangeiros. O conteúdo da política do Itamaraty evoluiu rapidamente em benefício das artes e práticas populares, marcando uma nova orientação do ministério.

Acerca da reflexão da diplomacia cultural brasileira que procura projetar e analisar as suas práticas nas difusões internacionais da cultura, e a contribuição para os setores econômicos da criatividade nacional, também tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento econômico e social, por meio da abertura de novos mercados e do estabelecimento de parcerias estratégicas com outros países e blocos econômicos. O Brasil desenvolveu uma diplomacia ativa, que integrou a dimensão cultural. Para que ela continue ativa e atrativa é preciso fortalecer as políticas culturais, no plano interno, seja analisada, fortalecida e coerente com as relações bilaterais e multilaterais pelo Brasil, e o desenvolvimento mais amplo da cooperação e o intercâmbio cultural.

A política externa contribui para a diplomacia cultural se expandir sem o impedimento das fronteiras linguísticas, econômicas, comerciais, geográficas, políticas e culturais. O fortalecimento das relações entre países, gera mecanismos eficazes de produção e promoção cultural para o sistema internacional. O MRE, por meio dessa união, pode contribuir na ponte entre governos, por meio da inserção da possibilidade de que entidades governamentais contemplem artistas e produtores culturais. A política externa do presidente Lula busca estabelecer bases renovadas para as relações bilaterais e multilaterais ambiciosas, nos traz um potencial transformador para nossa sociedade e promove a democratização do sistema internacional (Rocha, 2023).

O Itamaraty mostra uma dinâmica com desenvolvimento na retomada das relações diplomáticas com outros países, pontuando e traçando estratégias da diplomacia cultural. Mostrando diversos engajamentos políticos com as agências governamentais brasileiras, dando um impulso diplomático nas indústrias criativas, empreendedorismo de empresas, tecnologias, fortalecimento diplomático e econômico, e uma ênfase bastante significativa na sustentabilidade. O MRE tem muito otimismo na parceria com outros países, e é notório a presença da economia criativa e diplomacia cultural brasileira no desenvolvimento de projetos para essa cooperação através de seminários, políticas públicas, acordos diplomáticos e apoio na internacionalização de *startups*.

O desenvolvimento nas áreas cinematográficas, música, artes cênicas, artes visuais, dança e a gastronomia têm sido um instrumento usado pela diplomacia cultural que ajuda a fomentar as cidades criativas na qual estão vinculadas a essa temática. A economia criativa e a diplomacia cultural têm vínculo bastante significativo na política externa brasileira, podendo desenvolver uma geração de renda. No cenário econômico, a diplomacia cultural tem uma importante relevância para o país. Além de facilitar acordos diplomáticos e econômicos como resultado de aproximação cultural entre as nações, um conhecimento mais amplo, gerado pela difusão cultural remetendo uma familiaridade, o torna mais atrativo para o consumidor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da economia criativa como um instrumento diplomático nas relações internacionais e política externa brasileira tem muito a ser trabalhada pelo MRE. Por ser um tema que ainda está em construção no âmbito da política internacional e com novos surgimentos de indústrias criativas, empreendedorismo, inovação cultural, feminização do setor criativo e o crescimento das cidades criativas.

A maioria dos países divide as funções das indústrias criativas entre vários ministérios e agências, como, os ministérios da cultura, esportes, patrimônio, turismo, juventude, comércio, relações exteriores, propriedade intelectual, telecomunicações, inovação e educação. Nesse sentido, é importante que o MRE esteja contribuindo para ações diplomáticas na economia criativa, pois desperta políticas internacionais e uma visão de mercado mais expansiva.

Vale ressaltar, que o MRE tem uma vantagem simbólica no contexto que se insere as agências como a ApexBrasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) juntos com a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME). Por terem interesse conjuntos ao Itamaraty no que diz respeito principalmente com a inserção de relações diplomáticas com outros países. Assim, essa relação consolida e impulsiona as cooperações, dando um impulso no mercado internacional, e os empreendimentos criativos, sustentáveis de desenvolvimento social tendem a ter mais destaque nesse cenário.

As pesquisas do Itaú Cultura reforçam essa ideia, pois mostra um estudo importante para quem deseja se introduzir nesse mercado criativo, se internacionalizar e gerar empregos e rendas através dessas startups. Entretanto, a consolidação das mulheres que atuam na economia criativa é um trabalho que está em ascensão, apesar dos obstáculos, a feminização dessa economia é uma realidade e cada vez mais mulheres estão ocupando espaço no empreendedorismo criativo e nas indústrias criativas, superando a taxa da participação feminina na economia tradicional.

O Itamaraty tem muito trabalho para desenvolver nos mercados internacionais com essa temática, políticas públicas devem ser desenvolvidas, incentivos para a população e empreendedores que podem impulsionar esse sistema econômico. Cabe salientar que com todo este avanço e preocupação com a expansão econômica, cultural, social e industrial, os empreendedores devem estudar o mercado e acompanhar os desenvolvimentos que o Itamaraty está se propondo a desenvolver, pois é um crescimento para toda a população regional e uma oportunidade de expansão da cultura e do mercado brasileiro que é muito amplo e rico culturalmente.

NOTAS

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília, e-mail: karinecordeiro06kc@gmail.com.

² As novas tecnologias estão impactando cada vez mais o dia das pessoas e podem ser uma aposta transformadora também para os pequenos negócios. Dessa vez, a sensação do momento é o Chat GPT, um algoritmo baseado em inteligência artificial que oferece ao usuário uma forma simples de conversar e obter respostas sobre os mais diversos assuntos.

³ A femininização acontece quando um fenômeno ou processo social toma feição feminina, quantitativa e qualitativamente.

⁴ Abertura do Seminário “Brasil-África: relançando parcerias” (2023). Disponível em: <https://youtu.be/hnwzRb0aT84>.

REFERÊNCIAS

- AUSTRALIA. **Creative nation:** commonwealth cultural policy. Disponível em: <http://www.nla.gov.au/creative.nation/role.html>. Acesso em: 20 mai. 2023.
- BALASUNDARAM, N., ABSAR, M. M. N., AKHTER, S. **Empowering Women through Entrepreneurship Development in Emerging Economies:** An Overview. Disponível em: International Conference on Knowledge Globalization (ICKG). 2010.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Diplomacia cultural**, 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/diplomacia-cultural-mre/19484-diplomacia-cultural>. Acesso em: 20 mai. 2023.
- CAIADO, A. S. C. (Ed.). **Economia criativa na cidade de São Paulo:** diagnóstico e potencialidade. São Paulo: FUNDAP, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHANTELOT, S.; PÉRÈS.; VIROL, S. **From talent to creative cities:** toward a conceptual framework. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/241769140_From_Talent_to_Creative_City_Towards_a_conceptual_framework. Acesso em: 19 mai. 2023.
- CONOR, B.; GILL, R.; TAYLOR, S. **Gender and creative labour**. The Sociological Review, v. 63, n. S1, 2015.
- COUTINHO, Maurício. **Lições de Economia Política Clássica**, São Paulo: Hucitec, 1993.
- CULTURA, Itaú Economia Criativa | **1º trimestre de 2023:** Análise do mercado de trabalho da economia criativa Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/publicacoes/boletins/economiacriativa-1o-trimestre-de-2023-analise-do-mercado-de-trabalho-da-economia-criativa>. Acesso: 20 jul. 2023.
- HESS, Francieli. **Economia em números:** o setor que mais cresce na economia global. Disponível em: <https://vivagreen.com.br/blog/economia-criativa-em-numeros-o-setor-que-mais-cresce-na-economia-global>. Acesso em: 15 mai. 2023.
- HOWKINS, J. **The creative economy:** how people make money from ideas. Penguin, 2001.
- LULA, Luiz. **“Discurso de Lula após vitória nas eleições”**. G1, 31 de outubro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/31/leia-e-veja-a-integrados-discursos-de-lula-apos-vitoria-nas-eleicoes.ghtml>. Acesso em: 27 mai. 2023.
- MÁÑEZ, J., M. ROCHINA-BARRACHINA and J. SANCHIS (2020), **“Foreign sourcing and exporting”**, The World Economy, Vol. 43/5, pp.1151-1187. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/twec.12929>. Acesso em: 21 mai. 2023.

NETO, Alson. **Economia criativa:** a chave para ativar um futuro abundante. Disponível em:
<https://administradores.com.br/artigos/economia-criativa-a-chave-para-ativar-um-futuro-abundante>. Acesso em: 21 mai. 2023.

NYE, Joseph S. **Soft Power:** The Means to Success in World Politics. New York: Public Affairs, 2004.

OECD SME and Entrepreneurship Outlook 2023. **Women-led firms in international trade.** Disponível em:
<https://www.oecd-ilibrary.org/sites/eeda6517en/index.html?itemId=/content/component/eeda6517en#:~:text=According%20to%20a%20survey%20of,are%20less%20traded%20than%20goods>. Acesso em: 20 mai. 2023.

ORGANIZATION, United Nations Industrial. **Women in creative industries.** UNIDO GenderNewsletter. Disponível em:
https://www.unido.org/sites/default/files/2014-03/UNIDO_Gender_Newsletter_NO.4_A4_0.pdf. Acesso em: 19 mai. 2023.

REIS, A.C.F. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável:** O caleidoscópio da cultura, 2006.

ROCHA, Maria Laura. Abertura do seminário " **Brasil-África: relançando parcerias**". 2023.

UNCTAD (2010). **Creative Economy Report 2010:** Creative Economy: A Feasible Development Option. United Nations publications, Geneva. Disponível em:
https://unctad.org/en/Docs/ditctab20103_en.pdf

UNESCO. **Cultura e desenvolvimento no Brasil.** Disponível em:
<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/expertise/culture-development-brazil>. Acesso em 17 mai. 2023.

VASCONCELLOS, Marco; GARCIA, Manuel. **Fundamentos de Economia.** Saraiva, 2023.

RESENHA

THEMETEO, Reinaldo J. (coord). O novo acordo Mercosul-União Europeia em perspectiva. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

Fernando Rodrigo Trajano da Silva¹

Laura de Barros Cavalcante²

Reinaldo J. Themeteo é um pesquisador especializado em Relações Internacionais e Economia Política, com especial interesse no comércio exterior e integração regional. Como pesquisador da Fundação Konrad Adenauer, uma organização dedicada à promoção da democracia, justiça social e cooperação internacional, Themeteo construiu uma trajetória acadêmica sólida, publicando diversos estudos que abordam a interação entre os blocos econômicos, especialmente no contexto da América Latina e Europa. Sua atuação é reconhecida no meio acadêmico e em instituições de políticas públicas, onde costuma participar de debates e conferências internacionais sobre temas como sustentabilidade, comércio global e direitos humanos. O escritor tem se destacado por sua abordagem crítica e interdisciplinar ao examinar assuntos relacionados ao comércio internacional, abrangendo desde questões técnicas até os impactos sociais e ambientais dessas negociações.

O livro, intitulado “O Novo Acordo Mercosul-União Europeia em Perspectiva”, assume a forma de um compêndio de textos redigidos por diversos autores, sob a coordenação de Themeteo, pode ser classificado como um trabalho de pesquisa acadêmica, inserido na área das Relações Internacionais e da Economia Política. O texto se concentra em uma análise aprofundada das conversas que resultaram do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, uma parceria inter-regional que envolve uma grande variedade de aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais. A obra adota uma abordagem multidisciplinar, abrangendo economia, política e direito internacional, com uma linguagem técnica voltada para um público especializado, como acadêmicos, pesquisadores e profissionais de comércio exterior. Este estudo examina documentos importantes, como tratados, informações econômicas e relatórios que

ajudam as negociações entre os blocos. O objetivo principal da obra de Themeteo é examinar de forma aprofundada o processo de negociação do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, que se estendeu por mais de 20 anos e finalmente foi assinado em 2019. Em seis capítulos, o autor analisa desde o contexto histórico e político que motivou o início das negociações até as concessões feitas por ambos os lados para chegar a um acordo. O livro começa com uma análise histórica da criação do Mercosul em 1991 e sua procura por uma maior participação no comércio global, usando a parceria com a União Europeia como uma tática para diversificar suas exportações e impulsionar o crescimento econômico.

O capítulo inicial trata dos antecedentes do acordo, abordando as razões iniciais do Mercosul e da União Europeia para estabelecerem uma colaboração. Themeteo ressalta que a Europa é sempre vista como um importante parceiro estratégico pelos países do Mercosul, devido à complementaridade entre suas economias. Contudo, o autor aponta que as diferenças entre os membros do Mercosul, como as diferentes taxas de crescimento econômico e os interesses políticos divergentes entre eles, sempre foram um obstáculo significativo para a consolidação de uma posição comum nas negociações.

No próximo capítulo, Themeteo fala sobre o acordo e como os dois lados concordaram em coisas como tarifas de importação, direitos autorais, regras de saúde e higiene. A União Europeia, com seus elevados padrões regulatórios em áreas como a proteção ambiental, direitos trabalhistas e segurança alimentar, impôs uma série de exigências aos países do Mercosul, o que gerou críticas e resistências, sobretudo de setores mais sensíveis, como a agricultura e a indústria de manufatura. O autor destaca como esses padrões europeus causaram problemas institucionais para o Mercosul, que enfrenta dificuldades estruturais para atender a essas demandas.

Além dos aspectos econômicos, o livro dedica um capítulo inteiro à análise das reações políticas ao acordo, seja no Mercosul ou na União Europeia. Themeteo analisa a pressão exercida pelos interesses agrícolas europeus, especialmente na França e na Irlanda, em relação ao receio da concorrência de produtos agrícolas sul-americanos, que são mais baratos devido aos menores custos de produção. No Mercosul, a reação foi mais diversa, com setores empresariais comemorando a abertura de mercados europeus, enquanto ONGs e movimentos sociais demonstraram preocupação com o

impacto ambiental, especialmente na Amazônia, devido à expansão da fronteira agrícola.

Outro aspecto relevante da obra é a avaliação das implicações geopolíticas do acordo. Themeteo sustenta que, num cenário global marcado por conflitos entre grandes potências, como Estados Unidos e China, a parceria entre o Mercosul e a União Europeia oferece a oportunidade de que os países sul-americanos diversifiquem suas relações comerciais e aumentem a dependência de outras economias. O acordo pode fortalecer a posição do Mercosul no cenário internacional, permitindo uma maior inserção nas cadeias globais de valor, ao mesmo tempo em que oferece à União Europeia uma alternativa estratégica para consolidar sua influência econômica na América Latina.

O livro de Themeteo constitui uma contribuição relevante para o campo das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional. Um dos principais méritos da obra é a profundidade com que o autor analisa o processo de negociação do acordo entre Mercosul e União Europeia, apresentando uma análise detalhada das concessões feitas pelas duas partes, bem como dos desafios políticos, econômicos e sociais envolvidos. Themeteo apresenta uma análise bem fundamentada, com base em evidências empíricas e uma sólida compreensão dos contextos históricos e políticos que moldaram as conexões entre os dois grupos.

Outro ponto positivo da obra é sua abordagem multidisciplinar, que combina aspectos econômicos, políticos e ambientais, oferecendo uma visão holística das implicações do acordo. O autor analisa como a liberalização econômica pode afetar a sustentabilidade, mostrando como os países do Mercosul precisam equilibrar crescimento econômico com proteção ambiental e social.

Todavia, a obra apresenta alguns problemas. Apesar de Themeteo fazer uma análise aprofundada dos problemas e obstáculos nas negociações, o escritor é menos aprofundado ao discutir as soluções ou alternativas para superar esses desafios. Em alguns momentos, a obra carece de uma discussão mais aprofundada sobre possíveis estratégias para lidar com as tensões entre os interesses comerciais e as questões sociais e ambientais. Ademais, a análise da crescente influência da China no comércio global da América Latina poderia ter sido mais aprofundada, considerando o grande impacto que essa potência exerce sobre as economias do Sul.

O autor aborda o tema das relações internacionais, especialmente as mudanças nas dinâmicas globais de comércio e geopolítica. O acordo entre Mercosul e União Europeia, uma das alianças comerciais mais ambiciosas já estabelecidas entre dois blocos regionais, tem consequências econômicas, políticas e ambientais de longo alcance. A análise de Themeteo é essencial para compreender os desafios e oportunidades que surgem da parceria inter-regional.

Resumindo, a obra é essencial para estudantes, formuladores de políticas públicas e profissionais que atuam nas áreas de comércio internacional, integração regional e sustentabilidade. Apesar de ter algumas limitações, a obra de Themeteo é sólida e bem fundamentada, sendo uma importante contribuição para o debate sobre o papel das parcerias inter-regionais no desenvolvimento econômico sustentável e na governança global.

NOTAS

¹ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: 420.frt@gmail.com.

² Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e em Direito pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN). E-mail: laurabarros999@gmail.com.

